

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GUSTAVO VERNIER NASCIMENTO**

**O PAPEL E OS LIMITES DA ESTRATÉGIA ENERGÉTICA NO PROJETO DE  
INSERÇÃO REGIONAL DA TURQUIA (2003-2012)**

**Porto Alegre**

**2014**

**GUSTAVO VERNIER NASCIMENTO**

**O PAPEL E OS LIMITES DA ESTRATÉGIA ENERGÉTICA NO PROJETO DE  
INSERÇÃO REGIONAL DA TURQUIA (2003-2012)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

**Porto Alegre**

**2014**

**GUSTAVO VERNIER NASCIMENTO**

**O PAPEL E OS LIMITES DA ESTRATÉGIA ENERGÉTICA NO PROJETO DE  
INSERÇÃO REGIONAL DA TURQUIA (2003-2012)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte - orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurelio Chaves Cepik  
UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Bernadete Maria, e meu pai, Gilberto, pela educação e pelo apoio, amor e paciência incondicionais ao longo de toda minha vida. Agradeço a minha irmã, Carol, com quem sempre contei, e sempre contarei, tanto nos momentos de tranquilidade como nos de angústia.

Agradeço aos meus amigos e amigas, pelo apoio e companheirismo nas horas mais difíceis e nas mais alegres, em especial ao Felipe, pelo companheirismo, cumplicidade e amizade. Também agradeço a eles e elas por enriquecerem minha experiência de aprendizado na graduação e contribuírem de forma indispensável para o meu aprimoramento pessoal e profissional.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por me proporcionar um ensino de qualidade ímpar, e por todas as experiências insubstituíveis que me proporcionou ao longo de minha graduação.

Agradeço aos meus professores, que transmitiram seu conhecimento para mim da melhor forma que puderam e, sem dúvidas, contribuíram para meu desenvolvimento profissional e pessoal. Em especial, agradeço ao meu orientador, Professor Érico Esteves Duarte, pelo apoio e paciência ao longo do desenvolvimento deste trabalho de conclusão.

Finalmente, agradeço à Gabriela pelo amor, companheirismo, apoio, paciência e compreensão ao longo deste difícil ano de graduação.

*“No man is an island, entire of itself; Every man is a piece of the continent, a part of the main.  
If a clod be washed away by the sea, Europe is the less.  
As well as if a promontory were; as well as if a manor of thy friend's or of thine own were:  
Any man's death diminishes me, because I am involved in mankind,  
and therefore never send to know for whom the bell tolls;  
It tolls for thee”*

Poema “No Man is an Island”, por John Donne

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo entender o relacionamento entre a política energética e a nova política externa da Turquia sob o governo do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), ao longo dos dez primeiros anos de governo deste. A partir de uma revisão crítica da literatura e de fontes primárias acerca da estratégia regional turca e dos principais objetivos energéticos do país, analisaremos as mudanças na política externa da Turquia decorrente da mudança de percepção externa e interna empreendida pelo AKP, bem como a interação desta nova percepção com a estratégia energética turca. Trabalharemos sobre o pressuposto – respaldado por fontes primárias - de que a Turquia almeja tornar-se uma potência regional e um centro de transporte energético, e para alcançar esse fim esforça-se para promover a estabilidade e segurança entre seus vizinhos orientais, apesar dos diversos obstáculos que encontra.

**Palavras-chave:** Turquia; Transito Energético; Integração Regional; Interdependência; Transição Hegemônica.

## **ABSTRACT**

This research's objective is to understand the relationship between the energy policy and the new foreign policy of Turkey under the rule of the Justice and Development Party (AKP), over the first ten years of their government. By means of a critical review of the literature and primary sources about the Turkish regional strategy and the main energy goals of the country, we analyze the changes in Turkey's foreign policy arising from the change of external and internal perceptions due to the AKP reforms, and the interaction of this new perception with the Turkish energy strategy. We will work on the assumption - backed by primary sources - that Turkey aims at becoming a regional power and an energy transport hub, and to that end strives to promote stability and security among its eastern neighbors, despite the many adversities along the way.

**Keywords:** Turkey; Energy Transit; Regional Integration; Interdependence; Hegemonic Transition.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Exportações da Turquia por região, 2003-2012.....	25
Tabela 2 – Importações da Turquia por região, 2003-2012.....	26
Tabela 3 – Consumo energético da Turquia.....	31
Tabela 4 – Importação de Gás Natural por país de origem.....	32

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP – *Arab Gas Pipeline* (Gasoduto Árabe)

AKP – *Adaletve Kalkınma Partisi* (Partido da Justiça e Desenvolvimento).

bmc – Bilhões de Metros Cúbicos

BTC – *Baku-Tbilisi-Ceyhan Oil Pipeline* (Oleoduto)

BTE – *South Caucasus Pipeline* (Duto do Cáucaso Sul) ou *Baku-Tbilisi-Erzurum Gas Pipeline* (Gasoduto)

EAU – Emirados Árabes Unidos

EUA – Estados Unidos da América

IED – Investimento Externo Direto

KRG – *Kurdistan Regional Government* (Governo Regional do Curdistão)

MERN – *Ministry of Energy and Natural Resources* (Ministério da Energia e Recursos Naturais da Turquia)

MFA – *Ministry of Foreign Affairs* (Ministério dos Assuntos Externos da Turquia)

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PKK – *Parti Karkerani Kurdistan* (Partido dos Trabalhadores do Curdistão)

SGC – *Southern Gas Corridor* (Corredor de Gás do Sul)

TANAP – *Trans-Anatolian Natural Gas Pipeline* (Gasoduto Trans-Anatoliano)

TAP- *Trans-Adriatic Pipeline* (Gasoduto Trans-Adriático)

UE – União Européia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	IV
RESUMO .....	V
ABSTRACT .....	VI
LISTA DE TABELAS .....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	VIII
1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A TURQUIA SOB O AKP: A NOVA POLÍTICA EXTERNA E A ESTRATÉGIA ENERGÉTICA .....	13
2.1 A Teoria da Profundidade Estratégica e a Teoria da Transição Hegemônica .....	13
2.2 A Estratégia Energética da Turquia e as Alternativas de Trânsito Energético.....	18
3 AS RELAÇÕES REGIONAIS DA TURQUIA .....	24
3.1 Oriente Médio, Ásia Central e Cáucaso .....	24
3.2 Obstáculos para o Avanço da Estratégia Turca .....	31
4 INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA COMO FERRAMENTA DE PODER.....	34
4.1 Limitações da Estratégia Energética como Ferramenta de Poder em Política Externa .....	35
4.2 Percepções e Reações da Região às Pretensões Turcas .....	38
5 CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS .....	45
ANEXOS .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

Após o final da Guerra Fria, o “lugar comum” da bipolaridade ruiu. Por algum tempo foi dito que entrávamos na era do unilateralismo estadunidense, mas isso nunca se mostrou verdade. O que aconteceu, de fato, foi a intensificação de um processo que já vinha ocorrendo nos últimos anos da Guerra Fria: a constituição de blocos regionais como forma de amenizar as assimetrias de poder no sistema internacional (SI).

Na Turquia, a lógica da bipolaridade teve um impacto profundo, cujos efeitos perduram até hoje em suas relações regionais, e complicam, em alguns casos, seu projeto de liderança, visto que o país se alinhou ao bloco ocidental na Guerra Fria. Com o desmonte do bloco soviético, a Turquia perseguiu uma linha de ação política mais ativa para com seus vizinhos orientais, mas manteve-se firmemente alinhada aos interesses e valores dos EUA. Nesse contexto, a ascensão do AKP (Partido da Justiça e do Desenvolvimento) para o governo do país representou uma ruptura com a subjugação turca aos interesses do Ocidente e a afirmação de sua identidade islâmica e de suas pretensões regionais, que se tornam prioridade em sua política externa (LEÃES, 2013).

Enquanto busca afirmar seus interesses nacionais ao praticar uma política externa independente e pragmática, a Turquia não renega seu papel histórico de rota entre o Oriente e o Ocidente; pelo contrário: reconhece a importância desse papel, tanto no trajeto histórico de construção do Estado turco, como para o fortalecimento das capacidades de acúmulo de poder do país. O que o país rejeita é ser colocado na condição de “ponte” entre o Oriente e o Ocidente – um “objeto” de seu contexto geoestratégico. A Turquia tem condições de tornar-se “sujeito” de sua posição no globo, e a consolidação de um amplo corredor energético em seu território é uma das provas disto. Através de *soft power* econômico e cultural, a Turquia tem condições de articular-se, em bons termos, com seus vizinhos, consolidando um bloco regional ao seu redor – mesmo que informal e nas bases de relações bilaterais.

Nos últimos anos, foi possível observar um aumento no interesse pela Turquia, não só por causa de sua economia em ascensão e do aumento da população, mas também devido ao papel que vem tendo nos temas de energia e de segurança europeus e do Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central.

Em relação ao tema específico de energia, a Turquia está localizada entre consumidores e produtores de hidrocarbonetos e, portanto, desempenha um papel crucial como um país de trânsito energético entre as regiões mais ocidentais da Ásia e a União Europeia (UE). O petróleo e gás natural transportados tem origem em diversas regiões, como a bacia do Mar Cáspio, o Oriente Médio ou a Rússia.

Embora possa ser observado na prática que a estratégia energética e de política externa da Turquia, por vezes, seguem a mesma direção, ainda é incerto até que ponto estes dois setores estão ligados. Muitas perguntas surgem a partir desta relação complexa, mas este trabalho focará na principal: até que ponto a infraestrutura de trânsito energético - planejada e existente – pode ser usada como ferramenta de poder para promover os objetivos de política externa turcos? Assim, será o objetivo desta pesquisa explorar a consistência e coerência entre as medidas turcas no setor de transporte energético e seu projeto de tornar-se uma potência regional. Isto será alcançado através da análise da política externa regional da Turquia sob o governo do AKP, levando em consideração as possibilidades de integração regional e encarando o corredor energético como base para o aprofundamento dos laços de interdependência e viabilização de um posicionamento turco como líder desta integração.

A Turquia é um país chave para que possamos compreender a dinâmica da geopolítica energética na Ásia e na Europa, visto seu enorme potencial como corredor energético e mediador das relações ocidente-oriente. A ascensão do partido islâmico AKP conferiu à política externa turca novas feições, ao almejar, de forma soberana e independente, a liderança regional. Infraestrutura energética, por sua vez, é uma variável determinante para a capacidade de acumulação de poder dos Estados (OLIVEIRA, 2012), especialmente no contexto geopolítico em que a Turquia se encontra. Tendo isto em vista, esse trabalho se justifica ao analisar o projeto e processo de inserção regional da Turquia – um país chave em sua região – contribuindo, por um lado (geral), para os estudos sobre regionalização e, por outro (específico), sobre Política Externa turca e geopolítica energética Eurasiática.

Para a realização desta pesquisa, a técnica utilizada será a revisão crítica de literatura sobre as pretensões regionais turcas no século XXI e sobre geopolítica energética na região. Também serão utilizados dados estatísticos de fontes primárias, principalmente referentes a questões energéticas de gás e petróleo, como forma de apoio objetivo à argumentação.

O arcabouço teórico deste trabalho será composta por três teorias: a Teoria da Transição Hegemônica, de Robert Gilpin (1981), a Teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye Jr. (2001), e a Teoria da Profundidade Estratégica, do acadêmico e político turco Ahmet Davutoglu.

A hipótese que orienta esta pesquisa é de que a consolidação de um amplo corredor energético em território turco constitui a via mais efetiva - mas não única ou autossuficiente - para posicionar a Turquia como potência regional. Procuraremos comprovar esta afirmação através da análise da interação entre a política energética e a política externa da Turquia. Esse posicionamento decorreria do aumento da autonomia não só do país, mas também da região, ao reduzir suas vulnerabilidades às decisões das grandes potências (EUA, Rússia e China), por meio da diversificação de alternativas, a baixos custos de transição, no que diz respeito ao transporte energético, reduzindo a vulnerabilidade geral da região a decisões unilaterais externas.

O desenvolvimento do trabalho será dividido em três etapas. A primeira parte terá o propósito de esclarecer o pano de fundo teórico para o restante da pesquisa, bem como estabelecerá a conexão entre as três teorias utilizadas no trabalho. Serão apresentados os elementos teóricos que determinarão as bases sob as quais o trabalho se estruturará. Ainda no primeiro capítulo será analisada a Estratégia Energética da Turquia, bem como sua relação com a política externa da Turquia e como as duas interagem. No segundo capítulo serão analisadas as relações regionais turcas sob a administração do AKP, com foco na relação destas e a questão do corredor energético turco, além do progresso alcançado e dos obstáculos encontrados ao tentar integrar e estabilizar a região. Finalmente, o terceiro capítulo tratará do Corredor Energético como variável determinante da capacidade de acúmulo de poder da Turquia, e seu papel essencial no aprofundamento dos laços de interdependência entre a Turquia e seus vizinhos, bem como a percepção dos países vizinhos as pretensões turcas de liderar a integração regional.

## **2 A TURQUIA SOB O AKP: A NOVA POLÍTICA EXTERNA E A ESTRATÉGIA ENERGÉTICA**

Neste capítulo serão destacadas as principais mudanças pelas quais passou a política externa da Turquia após a ascensão ao governo do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP). Quando venceu as eleições pela primeira vez, em 2002, o fez como partido único, e não através de coalizões, fato que não acontecia no país desde 1991. O partido foi fundado em 2001, por Recep Tayyip Erdogan, que atuou como Primeiro Ministro da Turquia ao longo do período compreendido por este trabalho (2003-2012)<sup>1</sup>.

Após o final da Guerra Fria, a Turquia deixou para trás seu papel de país “fronteira” entre Leste e Oeste e passou a ser visto como um país ponte. Segundo Davutoglu, um dos principais motivos para as alterações na política externa turca foi a onda de problemas que surgiram nas regiões vizinhas após o fim do conflito ideológico Leste-Oeste. A partir de então, o principal objetivo da Turquia passou a ser sua própria estabilidade, para diferenciar-se em um contexto regional caótico e, assim, consolidar-se como uma ponte estável entre o ocidente e oriente (DAVUTOGLU, 2008).

O pensamento de Ahmet Davutoglu, conselheiro para assuntos externos de Erdogan e Ministro das Relações Exteriores desde 2009, incidiu significativamente na formulação e condução da política externa do AKP. Pode-se dizer que ele forneceu o “pano de fundo” teórico para a política externa da Turquia, visto que diversos termos e conceitos elaborados em seus numerosos trabalhos e discursos foram utilizados pelos formuladores de política externa do partido (BALCI e YESILTAS, 2013).

### **2.1 A Teoria da Profundidade Estratégica e a Teoria da Transição Hegemônica<sup>2</sup>**

Ahmet Davutoglu, ao longo de diversas publicações e discursos, construiu a “Teoria da Profundidade Estratégica”, segundo a qual a Turquia dispõe das condições culturais, históricas e

---

<sup>1</sup> Apesar do recorte temporal do trabalho ser de 2003 à 2012, é importante ressaltar que o AKP ainda se encontrava no poder quando este trabalho foi elaborado, em 2014. Em agosto de 2014, Erdogan foi eleito Presidente da República da Turquia, sendo substituído por Ahmet Davutoglu no cargo de Primeiro Ministro.

<sup>2</sup> Representadas nesse trabalho, respectivamente, por Ahmet Davutoglu e Robert Gilpin.

geopolíticas para exercer um papel de liderança na região, provendo segurança e estabilidade para si e seus vizinhos. O conjunto das ideias de Davutoglu também é referido como “Neotomanismo”, devido à retomada da ideia de que a Turquia é um país central, com múltiplas identidades regionais, e cuja esfera de influência engloba diversas regiões, sob as quais a Turquia não só pode - devido ao seu legado otomano - como deve influenciar (DAVUTOGLU, 2008).

A geopolítica é um elemento marcante no pensamento de Davutoglu, mas este também conta com elementos liberais, como a importância dada ao uso de soft power cultural, enfoque na complementariedade econômica - em oposição a concorrência - e resolução pacífica de conflitos. Assim, através desses mecanismos e do aproveitamento integral de suas características culturais e geopolíticas, seria possível à Turquia exercer uma política externa mais proativa e condizente com seu legado otomano. O autor ressalta que a política regional turca deve focar na utilização de soft power para desconstruir a imagem militarista da Turquia na região. Se bem sucedida em resolver conflitos regionais por meio do diálogo e da cooperação, a Turquia reduziria as chances de intervenções regionais por potências externas<sup>3</sup>. (DAVUTOGLU, 2008)

Davutoglu estabeleceu cinco princípios para que as aspirações regionais da Turquia se consolidem nos moldes que ele defende. Entender esses princípios é essencial para explicar as mudanças e sucessos da política externa turca nos anos de governo do AKP. O primeiro é o princípio de buscar o equilíbrio entre segurança doméstica e democracia, para contar com a legitimidade necessária para influenciar seus vizinhos. O segundo é o princípio de nenhum problema com os vizinhos turcos, buscando atuar como mediador, fortalecendo assim seu papel na região de forma pacífica e integracionista. O terceiro princípio é a manutenção de boas relações com as grandes potências, para estender o alcance diplomático turco além de sua esfera de influência imediata. O quarto princípio consiste na ênfase em relações econômicas complementares, e não competitivas, promovendo, assim, relações regionais win-win (ganho-ganho, ou seja, onde nenhuma das partes aparentam estar beneficiando-se). Por fim, o quinto princípio consiste na diplomacia ativa, ou seja, participação em organizações internacionais e manifestação em questões da agenda internacional, mesmo quando não dizem respeito imediato a

---

<sup>3</sup> Um exemplo concreto de atuação regional influenciada pelos ideais de Davutoglu foi a produção da “Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil”, sobre a questão da energia nuclear no Irã, no dia 17 de março de 2010 (BRASIL, 2010).

Turquia ou sua área de influência. (BAGCI, 2009; DAVUTOGLU, 2010; THE ECONOMIST, 2010)

Analisando os cinco princípios de Davutoglu para a política externa turca, é possível notar uma grande semelhança entre o que o acadêmico prega e o que é considerado por muitos pesquisadores de política internacional como comportamento típico de potência média emergente. Potências médias tendem a exibir comportamento externo “estabilizador”, pois vêm na paz um caminho mais fácil para ascender na ordem global. É importante, no entanto, destacar que as potências médias estão divididas em dois grupos: as tradicionais e as emergentes. O primeiro grupo é constituído por Estados estáveis, democráticos, ricos e com poucos interesses em expansão regional. Exemplos comuns desse tipo de potência média são a Austrália, a Suécia e a Noruega.

A Turquia, por outro lado, está no grupo das potências médias emergentes, juntamente com Brasil, Nigéria, Malásia e África do Sul – países que protagonizam projetos de integração e/ou cooperação regional. O segundo grupo, portanto, é composto de Estados semiperiféricos, com problemas de desigualdade social e com democracias relativamente recentes, que demonstram muita influência regional. Esses Estados optam por uma posição reformista, sem desafiar ou deslegitimar as grandes potências (3º princípio de Davutoglu), e enfatizam a integração regional (2º e 4º princípios). Nas instituições internacionais, esses Estados adotam posturas “ativistas”, interferindo em questões da agenda internacional que vão além de suas preocupações imediatas, com a finalidade de reduzirem conflitos (novamente, o foco em estabilidade e previsibilidade) e se autopromoverem nos foros internacionais (5º princípio). Por fim, esses estados são estabilizadores e legitimadores da ordem vigente (*status quo*), pois percebem que este é o ambiente no qual podem obter mais benefícios com menores custos. Estabilizadores, pois suas capacidades limitadas de realizar mudanças profundas na ordem global os deixa vulneráveis em tempos de grande instabilidade<sup>4</sup>. Legitimadores, pois se encontram em posição privilegiada na econômica regional, beneficiando-se relativamente da institucionalização da atual hegemonia neoliberal. (JORDAAN, 2010; FORDHAM, 2011)

Esse comportamento que busca manter o *status quo* do sistema internacional também encontra apoio na Teoria da Estabilidade e Transição Hegemônica, de Robert Gilpin (1981), em

---

<sup>4</sup> Exemplo: a Turquia deseja estabilizar as regiões vizinhas para que seu projeto de transformar-se em um centro de atividade comercial de energia seja viável, visto que depende de investimentos externos para isto.

seu livro “*War and Change in World Politics*”. Gilpin trabalha com as percepções de custo-benefício dos Estados quanto a mudanças sistêmicas. Nas palavras do autor (GILPIN, 1981, p. 50, tradução nossa):

[...] Estados fazem cálculos de custo/benefício na determinação de política externa e o objetivo da política externa de um Estado é mudar o sistema internacional de maneiras que este sirva melhor aos interesses próprios do Estado.

O “equilíbrio sistêmico” é o estado no qual os atores (Estados) mais poderosos estão satisfeitos com a distribuição total de custos e benefícios. Uma reestruturação total do sistema só seria concretizada se os custos fossem menores que os benefícios para um determinado ator ou grupo de atores desafiarem a ordem vigente. Gilpin separa os tipos de mudança em três: mudança do sistema, sistêmica e de interação, de mais profunda a menos, respectivamente. Resumidamente, a mudança do sistema envolveria a mudança na natureza dos atores (impérios, estados-nação, etc.); a sistêmica seria uma reestruturação da governança global; e a mudança de interação seria uma alteração nas regras do sistema internacional (processos interestatais). Em virtude do que já foi exposto até então sobre as diretrizes de política externa da Turquia, é seguro afirmar que o país almeja uma mudança nas estruturas de governança global, ou seja, uma mudança sistêmica, na tipologia de Gilpin (1981, p. 40).

A partir dessa noção, é possível explicar o comportamento externo turco, bem como o porquê do sucesso da teoria de Ahmet Davutoglu entre os formuladores de política externa do AKP, como um reflexo das mudanças pelas quais passou a política internacional no pós-Guerra Fria. Após 1991, a lógica da bipolaridade começou a ruir, e as discussões sobre multipolaridade ganharam destaque. Os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos evidenciaram que, de fato, estava ocorrendo uma mudança na estrutura de governança global; não apenas novos atores emergiam no cenário internacional, como a própria imagem dos EUA de “líder mundial” era colocada em xeque. (VIZENTINI, 2009)

No caso da Turquia, o fim da Guerra Fria significou uma ampliação das oportunidades de crescimento econômico, devido à abertura de novos mercados externos na Ásia Central, no Cáucaso e em diversos outros territórios que antes faziam parte da URSS, além de garantir maior margem de manobra ao governo turco, devido a eliminação da necessidade de um protetor externo. Após a eleição do AKP para o poder na Turquia, o país passou a relativizar a importância que antes era dada às relações com os Estados Unidos e a União Europeia, ainda que

não tenha adotado uma postura hostil à esses países (LEÃES, 2013) – isso contrariaria o terceiro princípio de política externa defendido por Davutoglu (bom relacionamento com as grandes potências); a relativização foi mais pragmática do que ideológica. Em outras palavras, Ankara calculou que colheria maiores benefícios, a menores custos, se focasse seus esforços externos nas relações com seus vizinhos orientais, não apenas por questões de proximidade cultural, mas também por estes possuírem economias com maior complementariedade com a turca<sup>5</sup> (AKKOYUNLU, 2008).

A Teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye Jr. (2001), fornece um quadro teórico que respalda a decisão do AKP de direcionar a política externa turca para seus vizinhos islâmicos. Primeiramente, interdependência não deve ser entendida em termos de dependência mútua igualmente equilibrada. São as assimetrias no grau de dependência que proporcionam fontes de influência para os atores em suas relações com outros. Atores menos dependentes podem usar a interdependência como uma fonte de poder ao barganhar; os custos de uma mudança no relacionamento são relativamente menores. Os autores destacam duas dimensões da interdependência: a sensibilidade e a vulnerabilidade. Ambas dimensões são variáveis que entram em ação quando ocorre uma mudança no relacionamento entre Estados interdependentes. A sensibilidade envolve graus de reação; o quão rápido mudanças em um país geram mudanças onerosas em outro, e qual a intensidade dessas mudanças, ou seja, é sentida no curto prazo. Quanto mais sensível um Estado, maior o impacto de uma mudança na interdependência. No longo prazo, a sensibilidade fica em segundo plano, e a dimensão da vulnerabilidade fica em evidência. Após os efeitos imediatos de uma mudança, o ator avalia sua margem de manobra, ou seja: um Estado pode ser sensível a mudanças, mas se tiver acesso a uma (ou mais) alternativa, com custo aceitável, ao aspecto sensível de sua economia/sociedade/governo, será menos vulnerável a mudanças em relações de interdependência<sup>6</sup> (KEOHANE; NYE JR., 2001).<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> 4º princípio estabelecido por Ahmet Davutoglu é o de priorizar relações complementares em detrimento de competitivas.

<sup>6</sup> Exemplo: um país que pode voltar-se para o mercado interno caso haja uma crise nos mercados internacionais. A dimensão da vulnerabilidade na interdependência baseia-se na disponibilidade e custos relativos de alternativas que os atores encaram.

<sup>7</sup> A sensibilidade é a suscetibilidade a efeitos custosos exógenos, antes de que sejam tomadas atitudes para tentar mudar a situação. Vulnerabilidade é a propensão de um ator a sofrer esses efeitos custosos exógenos mesmo depois das mudanças. Como normalmente é difícil mudar políticas rapidamente, efeitos imediatos de mudanças

Tendo os conceitos acima em mente, fica mais fácil entender a decisão do AKP de reorientar sua política externa e concentrar esforços na cooperação e integração com seus vizinhos islâmicos. Relações de interdependência com as grandes potências deixariam a Turquia numa situação de extrema sensibilidade, pois os custos da mudança no relacionamento para ela seriam muito maiores do que para as grandes potências. A Turquia ficaria impossibilitada de exercer sua política externa de forma independente e soberana, como defende Davutoglu (2008).

Para Ankara exercer um papel de liderança regional, e contar com legitimidade para seu projeto de integração e cooperação regional, precisa estabelecer vínculos de interdependência com seus vizinhos, onde seria o Estado menos dependente e, portanto, aquele com maior poder de barganha. Como Gilpin (1981) escreveu: “Estados fazem cálculos de custo/benefício”, e se articulam para que o sistema internacional sirva melhor a seus interesses (GILPIN, 1981, p. 50). O interesse turco é o de ser visto como um Estado central em sua região, e não apenas uma “ponte” a serviço do Ocidente, e para isso precisa do apoio de seus vizinhos, que devem ver na Turquia um parceiro diferente das grandes potências, que não tem pretensões de domina-los, mas que preocupa-se a segurança e desenvolvimento da região (YESILTAS; BALCI, 2013).<sup>8</sup>

## 2.2 A Estratégia Energética da Turquia e as Alternativas de Trânsito Energético

De acordo com Babali (2009), “energia domina o pensamento estratégico turco” e, portanto, é essencial analisar a sua estratégia energética, a fim de determinar o peso que energia tem na formulação de política externa turca.

Devido à sua localização geográfica, a Turquia é uma ponte natural entre a Europa e a Ásia - um fato que os comerciantes de ambos os continentes têm explorado por séculos. Nos últimos anos, e especialmente desde que a URSS se desintegrou e o *modus vivendi* da região entrou em colapso, os esforços têm sido direcionados para restaurar a circulação de mercadorias do Oriente para o Ocidente.

---

externas geralmente apontam para dependência sensível. A vulnerabilidade só pode ser mensurada ao observarem-se os custos de ajustes efetivos em um ambiente modificado.

<sup>8</sup> O comportamento auto-associativo é típico de potências médias emergentes como a Turquia. Ao integrar a região em que está inserida, a potência média ganha maior poder de barganha quando lida com grandes potências, pois os interesses passam a ser coordenados e a dependência de atores externos diminui em virtude da cooperação intra-regional.

A prioridade da política energética de Ancara é garantir a segurança energética interna, para que a indústria continue a crescer e o país continue a ampliar sua influência econômica nas regiões que almeja liderar. Consolidar a Turquia como um importante corredor de trânsito energético é um objetivo secundário, condicionado ao primeiro. Em conformidade com a Teoria da Profundidade Estratégica de Davutoglu, que clama por uma Turquia “orgulhosa” de sua posição central na região (resgatando os elementos românticos do Império Otomano) e que utiliza sua posição geográfica privilegiada para avançar os próprios interesses, o objetivo é que o país tenha um papel ativo na distribuição e venda de gás e petróleo sendo transportados por seu território, sem ser mero hospedeiro dos dutos instalados (LOSKOT, 2005). No entanto, a demanda energética interna traz complicações para os formuladores de política externa turca. A Turquia é um país desprovido de recursos energéticos próprios<sup>9</sup>, e sua indústria crescente demanda quantidades cada vez maiores de energia – a uma taxa de crescimento de aproximadamente 4% ao ano. Essa taxa de crescimento faz com que o país seja altamente atrativo para investidores da área de energia, mas da perspectiva turca, é mais um desafio para seus planos; o país é altamente dependente de importações de energia, o que o torna vulnerável a choques do mercado energético<sup>10</sup> (OKUMUS, 2013).

A Turquia, historicamente, dependeu do petróleo do Oriente Médio e do gás russo, mas anseia por modificar esse quadro. Para tal fim, tem concentrado cada vez mais esforços para aumentar a quantidade de recursos energéticos advindos das reservas de petróleo e gás do Mar Cáspio (principalmente as do Azerbaijão e do Cazaquistão). Um dos principais objetivos da estratégia energética de Ancara é garantir o abastecimento a longo prazo de recursos energéticos para consumo interno e a diversificação das fontes de abastecimento, para reduzir a dependência das importações<sup>11</sup> (KRAUER-PACHECO, 2011). Assim, é possível constatar que a estratégia energética da Turquia gira em torno de três pilares principais: garantir fontes energéticas diversificadas, confiáveis e rentáveis, assegurando, assim, o consumo doméstico e concretizando

---

<sup>9</sup> A Turquia importa cerca de 95% do petróleo que consome e 97% do gás natural.

<sup>10</sup> Um motivo adicional para a Turquia preocupar-se com a estabilidade no Oriente Médio, região com alta produção energética.

<sup>11</sup> Iniciativas do governo para estimular investimentos na área de energias limpas e renováveis são significativas (WINROW, 2014). Para os interessados, no sítio do Ministério da Energia e Recursos Naturais há um mapa interativo com informações sobre toda a infraestrutura de renováveis da Turquia. Disponível em: <<http://www.enerji.gov.tr/en-US/Mainpage>>.

o projeto de tornar-se um país de trânsito chave para petróleo e gás natural, efetivamente virando um *hub*<sup>12</sup> de atividade energética (BABALI, 2009).

De acordo com sua Estratégia Energética oficial (MFA, 2011), os estreitos turcos de Bósforos e Dardanelos são de particular importância, uma vez que cerca de 3,7% do consumo diário mundial de petróleo é transportado através deles, e estimasse que esta quantidade aumentará nos próximos anos. Ancara afirma que esta passagem é muito arriscada e perigosa, devido à grande quantidade de tráfego de petroleiros, os tipos de materiais transportados e as características geográficas dos dois estreitos: ambos localizados perto de zonas povoadas (Istanbul, por exemplo)<sup>13</sup>. Além disso, a utilização do estreito de Bósforos não gera qualquer receita para o governo turco, em virtude da Convenção de Montreal sobre direitos de navegação (1936), que impede que o país estabeleça taxas de transito de navios. Logo, o estreito não contribui para o projeto turco de tornar-se um *hub* energético, visto que o país tem muito pouco controle sobre ele para utilizá-lo ativamente como um recurso de poder. A relativa falta de soberania sobre seus estreitos serve como argumento para o governo turco apoiar, em sua estratégia energética, a construção de óleo- e gasodutos alternativos dentro de seu território, de forma a contornar a falta de ganhos econômicos com os estreitos, além de reduzir o risco potencial de um desastre ecológico e humanitário (MFA, 2011).

Outro objetivo da Turquia em termos de estratégia de energia, e que está intimamente ligada à suas pretensões de se tornar uma potência regional, foi explicitado pelo Ministério da Energia e dos Recursos Naturais da Turquia (MERN, 2009) no seu “Plano Estratégico para 2010-2014”: “fazer [da Turquia] o líder de sua região em energia e recursos naturais” (tradução nossa). Resumindo, o objetivo principal é garantir sua própria segurança energética, ao reduzir sua dependência de importações de energia de uma única fonte (i.e.: Rússia para o fornecimento de gás natural) e, em seguida, contribuir para a segurança energética da Europa<sup>14</sup>, consolidando-se como um corredor de transito energético e centro de atividades (*hub*) comerciais energéticas. O segundo objetivo seria alcançado através da construção de infraestrutura ligando as reservas de

---

<sup>12</sup> O termo *hub*, em inglês, é utilizado para se referir ao ponto focal de alguma atividade; o centro de convergência.

<sup>13</sup> Ver Anexo 1: Mapa das Divisões Administrativas da Turquia.

<sup>14</sup> É importante ressaltar que, apesar da nova orientação da política externa turca, voltada para as regiões do Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio, as relações com a União Européia não foram abandonadas; apenas o projeto de ingresso na instituição que foi deixado de lado. O mercado europeu é indispensável para a Turquia consolidar seu projeto de virar um importante *hub* energético, até por que os mercados da maioria de seus vizinhos orientais são exportadores, e não compradores de energia.

hidrocarbonetos dos vizinhos orientais da Turquia com os consumidores finais na Europa (MFA, 2011).

Quanto ao anseio turco para tornar-se um país central de trânsito energético, Gareth Winrow (2013) chama atenção para a distinção entre “bons países de trânsito” e “maus países de trânsito” comumente feita na comunidade internacional. Um “bom” Estado de trânsito energético não interromperia o fluxo de energia em seu território e manteria boas relações com ambos os produtores como os consumidores de energia. Sem dúvidas que a política de aproximação da Turquia com seus vizinhos produtores de hidrocarbonetos segue essa linha de raciocínio. Garantir a estabilidade da região significa garantir o fornecimento para o mercado interno em expansão, bem como para os países Europeus, o que consolidaria a posição turca como um *hub* energético. Os “maus” Estados de trânsito energético são aqueles que quebram contratos, ou seja, aqueles que utilizam a infraestrutura de transporte energético em seus territórios como mecanismo de chantagem, especialmente quando rotas alternativas não são viáveis (WINROW, 2013). A Rússia, por exemplo, poderia ser vista como um “mau” Estado de trânsito energético, devido ao uso constante que faz de suas capacidades energéticas para coagir outros Estados. Isso não seria um grande problema se a Rússia fosse apenas um Estado de trânsito – existem múltiplas possibilidades de rotas alternativas – mas o país também é um grande produtor de hidrocarbonetos, o que lhe confere um poder de barganha mais elevado (EVANS; CAGAPTAY, 2013).

No geral, o país é considerado um Estado de trânsito energético confiável no que diz respeito a petróleo, visto que o transporte de gás natural ainda é fortemente controlado pela Rússia. No entanto, o papel de “bom” Estado de trânsito energético da Turquia é questionável, devido a sua dependência crescente da importação de gás natural russo, o que causa desconfiança nos europeus, já que Moscou tem o potencial de exercer forte influência em Ancara caso seja contrariado (WINROW, 2014).

Os projetos de infraestrutura de trânsito energético<sup>15</sup> (realizados e propostos) são as ferramentas que "reforçar[ão] o papel da Turquia como importante e confiável país de trânsito [energético] Leste-Oeste, bem como eixo de energia Norte-Sul" (MFA, 2011). Neste contexto, um elemento central do Corredor Energético Leste-Oeste, também chamada de Rota da Seda do

---

<sup>15</sup> Consultar Anexo 2: Mapa dos Oleodutos em Território Turco.

século 21, é o oleoduto BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan)<sup>16</sup>, que pode transportar até 59,7 milhões de toneladas de petróleo por ano (MFA, 2011), contornando os estreitos turcos. O BTC tem obtido bons resultados, logrando até mesmo expandir suas fontes de petróleo para incluir também os cazaques. Além do BTC, Ancara apoia o oleoduto Trans-anatoliano<sup>17</sup> (Samsun-Ceyhan), que também é utilizado para contornar as limitações dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, transportando petróleo da costa turca no Mar Negro (Samsun) para a costa do Mediterrâneo (Ceyhan). Com relação ao petróleo do Oriente Médio, a Turquia continua a contar com o seu oleoduto mais antigo, o oleoduto Iraque-Turquia, apesar das constantes atividades de sabotagem que sofreu no território iraquiano em decorrência da instabilidade política do vizinho (GHIGGI, 2010).

No tocante à gás natural<sup>18</sup>, o gasoduto BTE (Baku-Tbilisi-Erzurum), também conhecido como Gasoduto do Cáucaso Sul, está no cerne da estratégia energética da Turquia. O duto transporta gás azerbaijano para a cidade turca de Erzurum e corre paralelo ao BTC. De acordo com o Ministério das Relações Externas da Turquia (2009), este gasoduto é a primeira etapa do projeto de Gasoduto Trans-Cáspio, cujo propósito seria receber gás natural do Cazaquistão e do Turcomenistão (COHEN, 2014). O interesse nesse último gasoduto não é apenas turco, mas também de diversos membros da UE. O projeto representa uma fonte alternativa de abastecimento e rota para as necessidades energéticas destes países, contornando a Rússia e o Irã. As principais rotas de gás natural do Oriente Médio mencionadas na estratégia oficial de energia da Turquia são o Gasoduto Árabe (AGP), que transporta de gás do Egito para a Turquia; o gasoduto Iraque-Turquia, projetado para transportar gás natural do Iraque para a Turquia ao lado do já existente oleoduto Kirkuk-Ceyhan; e o Gasoduto Persa, cujo objetivo é fornecer gás natural iraniano para a Turquia e para a Europa (MFA, 2009).

De acordo com Krauer-Pacheco (2011), a partir de meados da década de 1990 o governo da Turquia tem feito esforços para consolidar seu país como um ator importante na política energética europeia. Para tanto, a Turquia deveria desenvolver-se como um *hub* energético e um corredor central de transporte de hidrocarbonetos, levando gás natural e petróleo das regiões ricas em energia do Mar Cáspio, do Oriente Médio e da Rússia para a Europa; o chamado "quarto

---

<sup>16</sup> Baku, Tbilisi e Ceyhan são, respectivamente, a capital do Azerbaijão, a capital da Geórgia, e uma importante cidade portuária da Turquia.

<sup>17</sup> Não confundir com o gasoduto TANAP.

<sup>18</sup> Consultar Anexo 3: Mapa dos Gasodutos em Território Turco.

corredor de gás”. Nesse sentido, é importante destacar o “Projeto do Anel de Gás Natural do Sul da Europa” (tradução nossa) como uma parte crucial da estratégia energética da Turquia, pois vai interligar as redes de gasodutos da Turquia, Grécia e Itália (MFA, 2009).

Outro elemento muito importante para a estratégia energética da Turquia é o *Southern Gas Corridor* (SGC – Corredor de Gás do Sul), fortemente apoiado pela UE. Este projeto serviria para levar gás natural do Mar Cáspio e do Golfo Persa para a Europa, diminuindo assim a participação russa no fornecimento de gás natural para o continente. O SGC consiste em uma série de aprimoramentos e adições à infraestrutura já existente ou planejada na Turquia. Basicamente, a capacidade do BTE seria ampliada de 8 bmc/ano para 25 bmc/ano e o duto seria conectado ao Gasoduto Trans-Anatoliano (TANAP), que percorreria todo território turco. Na fronteira ocidental da Turquia, o TANAP se conectaria com o Gasoduto Trans-Adriático (TAP), cuja capacidade prevista ficaria entre 10 bmc/ano e 20 bmc/ano, levando gás natural para a Itália (WINROW, 2014).

### 3 AS RELAÇÕES REGIONAIS DA TURQUIA

Este capítulo servirá para situar o *status* das relações externas da Turquia com os países das regiões da Ásia Central, Cáucaso e Oriente Médio ao longo da administração do AKP (2003-2012)<sup>19</sup>. O enfoque nestas regiões decorre do fato de terem sido, desde o final da Guerra Fria, localidades de alta prioridade para os formuladores de política externa da Turquia, recebendo ainda mais atenção após a vitória do AKP. Também será analisada a rivalidade regional entre Turquia e Irã, visto que os dois países competem por uma posição central na região.

A aproximação da Turquia com seus vizinhos é fundamental para a segurança regional (historicamente conturbada), o que, por sua vez, é essencial para que o projeto turco de tornar-se um centro de atividade energética (*energy hub*) seja viável. Afinal, se não houver estabilidade na região, os dutos de transporte energético perdem confiabilidade (WINROW, 2014).

Também neste capítulo, ficará mais evidente a incidência da Teoria da Interdependência Complexa (KEOHANE; NYE JR, 2001)<sup>20</sup> na formulação da política externa turca ao longo do período proposto pelo trabalho. Um dos principais mecanismos de integração utilizados pela política externa turca ao longo do governo AKP foi o fortalecimento de laços de interdependência econômica, bem como *soft power* cultural. Para verificar essa afirmação, serão utilizados dados oficiais de Comércio Exterior e de investimento externo turco.

#### 3.1 Oriente Médio, Ásia Central e Cáucaso

Nesta seção do segundo capítulo será feita uma breve exposição da evolução das relações regionais da Turquia, país por país, ressaltando quais são de maior ou menor interesse para a política externa turca.

Um indicador que se destaca na empreitada turca para ampliar sua influência regional é o aumento do comércio exterior com os vizinhos (Tabelas II.1.A e B). Embora a maioria desses países não figure entre os principais parceiros comerciais turcos (com algumas exceções), a evolução do comércio é acentuada, e faz parte da estratégia regional de Ankara.

<sup>19</sup> A administração do AKP não cessa em 2012; sua administração continua por 2013 e se renova em 2014 (ano de elaboração deste trabalho).

<sup>20</sup> Terceira edição. O livro original é de 1977.

**Tabela 1** – Exportações da Turquia por região, 2003-2012(em milhões de dólares)

<b>Destino</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Cazaquistão	234	355	460	696	1.079	890	633	819	947	1.068
Turcomenistão	170	214	180	281	339	662	945	1.139	1.493	1.480
Uzbequistão	138	145	151	175	225	337	279	282	354	449
Tajiquistão	29	41	46	71	118	176	126	143	172	234
Quirguistão	41	74	89	132	181	191	140	129	180	257
<b>Total Ásia Central</b>	<b>612</b>	<b>829</b>	<b>926</b>	<b>1.355</b>	<b>1.942</b>	<b>2.256</b>	<b>2.123</b>	<b>2.512</b>	<b>3.146</b>	<b>3.488</b>
Líbano	148	234	196	240	393	665	688	618	718	845
Síria	410	394	551	609	797	1.115	1.421	1.844	1.609	497
Iraque	829	1.820	2.750	2.589	2.844	3.916	5.123	6.036	8.310	10.822
Irã	533	813	912	1.066	1.441	2.029	2.024	3.044	3.589	9.921
Israel	1.083	1.315	1.466	1.529	1.658	1.935	1.522	2.080	2.391	2.329
Palestina	6	9	9	21	21	20	29	40	49	62
Jordânia	149	229	288	321	389	460	455	571	506	770
Arábia Saudita	741	768	962	983	1.486	2.201	1.768	2.217	2.763	3.676
Kuwait	166	266	210	219	221	493	211	39	297	290
Bahrein	29	54	41	35	76	308	113	172	160	208
Qatar	15	35	82	342	449	1.074	289	162	188	257
EAU	703	1.143	1.675	1.985	3.240	7.975	2.896	3.332	3.706	8.174
Omã	22	29	40	71	91	215	105	129	214	268
Iêmen	156	203	197	197	274	353	379	330	272	485
<b>Total Oriente Médio</b>	<b>4.990</b>	<b>7.312</b>	<b>9.379</b>	<b>10.207</b>	<b>13.380</b>	<b>22.759</b>	<b>17.023</b>	<b>20.614</b>	<b>24.772</b>	<b>38.604</b>
Geórgia	155	199	271	407	646	997	762	769	1.092	1.253
Armênia	0	0	0	0	0	0	0,2	0,16	0,218	0,24
Azerbaijão	315	404	528	695	1.047	1.667	1.400	1.550	2.063	2.584
<b>Total Cáucaso</b>	<b>470</b>	<b>603</b>	<b>799</b>	<b>1.102</b>	<b>1.693</b>	<b>2.664</b>	<b>2.162</b>	<b>2.319</b>	<b>3.155</b>	<b>3.837</b>

Fonte: dados do *Turkish Statistical Institute* (2014); tabela elaborada pelo autor.

**Tabela 2** – Importações da Turquia por região, 2003-2012 (em milhões de dólares)

<b>Origem</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Cazaquistão	266	442	558	993	1 284	1 861	959	1 392	1 995	2 056
Turcomenistão	123	175	160	189	396	389	327	386	392	303
Uzbequistão	99	178	261	415	613	580	413	861	939	813
Tajiquistão	56	62	47	118	143	147	107	283	324	345
Quirguistão	10	13	14	27	45	47	31	30	52	45
<b>Total Ásia Central</b>	<b>554</b>	<b>870</b>	<b>1.040</b>	<b>1.742</b>	<b>2.481</b>	<b>3.024</b>	<b>1.837</b>	<b>2.952</b>	<b>3.702</b>	<b>3.562</b>
Líbano	71	147	144	126	116	178	108	228	282	176
Síria	261	247	142	187	259	323	221	452	336	67
Iraque	41	145	66	121	118	133	120	153	86	149
Irã	1 860	1 962	3 469	5 626	6 615	8 199	3 405	7 645	12 461	11 964
Israel	459	714	804	782	1 081	1 447	1 074	1 359	2 057	1 710
Palestina	0,4	1	304	1	1	0,4	0,2	1	0,2	0,4
Jordânia	16	14	28	9	11	25	20	42	66	95
Arábia Saudita	208	353	587	623	735	908	775	1 380	2 001	2 171
Kuwait	15	25	41	56	90	80	184	214	270	278
Bahrein	15	18	18	44	119	95	24	71	111	158
Qatar	8	17	50	66	29	159	85	177	481	466
EAU	113	183	205	352	470	691	667	698	1 649	3 596
Omã	1	1	3	2	24	10	16	39	56	52
Iêmen	0,1	1	3	0,4	0,4	1	0,3	1	0,04	0,3
<b>Total Oriente Médio</b>	<b>3.069</b>	<b>3.828</b>	<b>5.864</b>	<b>7.995</b>	<b>9.668</b>	<b>12.249</b>	<b>6.700</b>	<b>12.460</b>	<b>19.856</b>	<b>20.883</b>
Geórgia	268	300	289	344	289	525	285	290	314	180
Armênia	0	0	0,4	0,04	0,05	1	0,01	2	0,01	0,2
Azerbaijão	122	135	208	296	185	362	140	252	262	339
<b>Total Cáucaso</b>	<b>390</b>	<b>435</b>	<b>497</b>	<b>640</b>	<b>474</b>	<b>888</b>	<b>425</b>	<b>544</b>	<b>576</b>	<b>519</b>

Fonte: dados do *Turkish Statistical Institute*; tabela elaborada pelo autor.

### Oriente Médio<sup>21</sup>

Após a ascensão do AKP, a Turquia passou a procurar exercer um papel de catalisador na região do Oriente Médio, em contraste com a postura que assumia na década de 1990, de “barreira” entre o Oriente e o Ocidente (KRAUER-PACHECO, 2011). Apesar de ainda procurar apresentar-se como um exemplo de democratização e modernização econômica e política para os países do Oriente Médio, sob o AKP a Turquia também defende a conservação dos valores

<sup>21</sup> A região do Oriente Médio compreende os países Líbano, Síria, Iraque, Irã, Israel, Palestina, Jordânia, Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Qatar, Emirados Árabes Unidos (EAU), Omã e Iêmen.

islâmicos, perdendo um pouco do ar colonizador e “ocidentalizante” que tinha antes (BILGIN; BILGIÇ, 2011).

Como é possível observar nas Tabelas 1 e 2, as relações comerciais turcas com o Oriente Médio passaram por um crescimento significativo. Por um lado, isso é explicado pelo enriquecimento da Turquia e de seu empresariado, que procurou novos mercados para exportar, por outro lado, no entanto, isso se deve também as novas diretrizes de política externa instaladas pelo AKP.

Seguindo a política de “nenhum problema com os vizinhos” (tradução do autor), defendida por Ahmet Davutoglu, a Turquia passou a enfatizar afinidades culturais com os países do Oriente Médio, especialmente com o Irã, com quem compete pela liderança na região. As relações com a Síria também foram enfatizadas, incluindo a assinatura de diversos acordos nas áreas do livre comércio (2007), transporte (2004 e 2005), cooperação na saúde (2003), mediadas tarifárias (2004) e promoção mútua de investimentos (2004) (TURKEY, 2012). Em 2009, Turquia e Síria assinaram um acordo para construir um conector do Gasoduto Árabe (AGP) na fronteira entre os dois países, dando à Turquia acesso ao gás egípcio transportado pelo AGP. O fato de haver curdos no sudeste turco também serve como incentivo para Ancara buscar ter boas relações com a Síria e o Irã (ambos com população curda em seus territórios) e para ter se oposto a invasão dos EUA no Iraque (KRAUER-PACHECO, 2011).

As relações comerciais turco-iraquianas sofreram um impulso significativo com a nova política externa do AKP, como é possível observar nas tabelas: de 829 milhões de dólares em 2003, as exportações turcas foram para mais de 10 bilhões de dólares em 2012. O potencial petrolífero do Iraque faz com que sua economia complemente a turca – extremamente necessitada de energia – de forma invejável. Em decorrência das três guerras que o país passou desde 1980, os principais investimentos da Turquia no vizinho são em construção civil e infraestrutura.

Além da pretensão regional turca, existe um outro motivo significativo para Ankara auxiliar na reconstrução e estabilização política do Iraque: o Governo Regional do Curdistão (KRG), visto por muitos militares turcos como representante dos interesses do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Desde a invasão estadunidense, o KRG ganhou maior controle de seus territórios no noroeste do Iraque, dando força para a reivindicação nacional curda e ampliando a influência do PKK. Como forma de tentar apaziguar os curdos no sudeste da

Turquia, o Primeiro Ministro Recep Erdogan reconheceu, em 2007, o KRG, que, em contrapartida, passou a promover uma imagem positiva do AKP para o PKK (BARKEY, 2011).

Outro mecanismo que a Turquia busca utilizar para avançar sua posição no Oriente Médio é a atuação como mediador/facilitador na resolução de conflitos. Apesar de ainda manter boas relações comerciais com Israel, nos temas políticos tem se posicionado contrária a Israel, como na disputa Sírio-Israelense pelas colinas de Golã (2008), ou nas disputas com a Palestina, posicionando-se como defensora dos palestinos. Esta talvez seja uma das diferenças mais claras e óbvias entre a política externa do AKP e a dos governos anteriores, que se posicionavam como negociadores imparciais no conflito israelo-palestino (BILGIN; BELGIÇ, 2011).

### **Ásia Central<sup>22</sup>**

Esta região compreende, essencialmente, os cinco Estados que surgiram entre o Mar Cáspio e o Noroeste da China com o fim da URSS. O surgimento desses Estados foi muito oportuno para a Turquia, visto que além de terem uma economia baseada principalmente na exportação de energia, são etnicamente turquicos - com exceção do Tajiquistão (culturalmente mais próximo do Irã) - facilitando a aproximação por vias culturais. De forma semelhante aos EUA, que se utilizou do Programa de Recuperação Européia (Plano Marshall) para demarcar sua área de influência na Europa, a Turquia auxiliou os novos Estados da Ásia Central em sua reconstrução e reestruturação (HIRO, 2011). No entanto, os projetos desenvolvidos pela Turquia nesse período visavam uma “ocidentalização” da região, o que não foi bem-vindo pelos países que possuíam inclinações para o islamismo. Apenas o Cazaquistão e o Turcomenistão aproximaram-se da Turquia nesse período.

Nas palavras de Ksenia Krauer-Pacheco (2011, p. 19, tradução nossa)

[...] a política externa de Ancara para a Ásia Central durante a década de 1990 foi um instrumento para restaurar sua importância política e estratégica nos olhos do ocidente, e não um real comprometimento com a região [Ásia Central].

---

<sup>22</sup> A região da Ásia Central compreende os países Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tajiquistão e Quirguistão.

Devido às novas orientações da política externa turca sob o governo do AKP, o país “redescobriu” a região como um lugar onde pode, efetivamente, exercer influência, por vias culturais, étnicas e linguísticas (KRAUER-PACHECO, 2011).

O Cazaquistão é o mais notório parceiro comercial da Turquia na Ásia Central, sendo responsável por quase metade da corrente de comércio turca com a região em 2012 (TURKISH STATISTICAL INSTITUTE, 2012). Sua economia complementa a turca de forma ideal: rico em recursos energéticos, exporta estes para a Turquia, que, por sua vez, vende produtos industrializados para os cazaques. Esta parceria é um exemplo perfeito do 4º princípio da teoria de Davutoglu: enfatizar a natureza complementar nas parcerias, e não a competitiva. Mas o que garante a interdependência entre o Cazaquistão e a Turquia são os investimentos turcos no país; nenhum outro país da região recebe tantos investimentos como o Cazaquistão, o que torna o país profundamente conectado com a economia turca. As principais inversões turcas no país são no setor petrolífero, através de joint ventures, e nas telecomunicações, construção civil e logística urbana, através de IED (LEÃES, 2012; TURKISH STATISTICAL INSTITUTE, 2012).

Tanto o Turcomenistão quanto o Uzbequistão são parceiros expressivos da Turquia, sendo o destino de muitos investimentos turcos, principalmente na construção civil, além de expressivos valores de comércio exterior. O Uzbequistão, como era de se esperar de um importante parceiro comercial turco, exporta cobre e petróleo e compra manufaturados; já o Turcomenistão exporta petróleo, algodão (a indústria têxtil é expressiva na Turquia) e gás natural -este último item reduzindo a dependência energética turca da Rússia e do Irã. A Turquia vem se esforçando para construir um gasoduto do Turcomenistão para o Azerbaijão, através do Mar Cáspio, mas o projeto ainda não saiu do papel. Se feito, o duto levaria gás natural do Cazaquistão e do Turcomenistão para o Azerbaijão, depois para Turquia e depois para a Europa Central, deixando tanto o Irã quanto a Rússia de fora da rota do gás centro-asiático (TURKISH STATISTICAL INSTITUTE, 2012; TURKEY, 2012).

Por fim, o Quirguistão e o Tadjiquistão são os menos expressivos parceiros comerciais da Turquia na região e também não tem a mesma relevância política que o Cazaquistão ou o Turcomenistão. Ambos os países não possuem recursos energéticos, sendo basicamente importadores de produtos turcos. O Quirguistão, por ter entrado nos anos recentes na OMC e ser

institucionalmente estável, pode começar a receber mais atenção dos investidores turcos nos próximos anos, mas nada é garantido.

### **Cáucaso<sup>23</sup>**

Ao longo do governo do AKP, os principais esforços na região foram direcionados para o incremento das relações com a Geórgia, embora algumas medidas tenham sido tomadas no sentido de melhorar as conturbadas relações turcas com a Armênia. Olhando para as cifras de comércio exterior pode parecer que o Azerbaijão é prioridade na região (quase dois terços do total), mas as relações da Turquia com esse país são bem estáveis, e não são necessários muitos esforços diplomáticos para mantê-las dessa forma. Os dois países também têm papéis diferentes na região: a Geórgia, assim como a Turquia, é um país de trânsito energético, enquanto o Azerbaijão é um importante produtor de petróleo e gás natural, além de ser o potencial receptor de recursos naturais turcomenos caso o Gasoduto Trans-Cáspio (Trans-Caspian Gas Pipeline) seja construído (BILGIN; BELGIÇ, 2011).

A região abriga um dos mais importantes oleodutos da Turquia, o BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan), que transporta petróleo azerbaijano pela Geórgia, e depois percorre território turco até a costa sul do país, atingindo o Mar Mediterrâneo. Para o transporte de gás natural azerbaijano é utilizado o BTE (Baku-Tbilisi-Erzurum), também conhecido como South Caucasus Pipeline (Gasoduto do Cáucaso Sul). O BTE e o BTC correm paralelos, com o segundo passando por Erzurum (centro da Turquia) e seguindo até Ceyhan (costa do Mediterrâneo). O BTE também se conectara com o proposto Nabucco-West (ou “Gasoduto Turco-Austríaco”), que tem previsão de conclusão para 2018. Esses dois dutos de transporte energético, bem como os propostos (Trans-Cáspio e Nabucco-West), são parte essencial do Corredor Energético Turco (DAVUTOGLU, 2008; 2010).

A Armênia é um obstáculo para o avanço de influência turca na região, principalmente por causa de seu histórico de conflito com os Azeris (turcos azerbaijanos). As relações diplomáticas entre Turquia e Armênia só foram retomadas de forma expressiva em 2009, com a elaboração de um protocolo para reabertura de sua fronteira comum e normalização de suas relações. Mas aproximar-se da Armênia tem um custo significativo nas relações com o

---

<sup>23</sup> A região do Cáucaso compreende os países Azerbaijão, Geórgia e Armênia.

Azerbaijão, que tem disputas territoriais com o vizinho (DAVUTOGLU, 2010). Uma das principais razões para a aproximação com a Armênia é o princípio de “zero problemas” com os vizinhos, além da pretensão turca de liderar a região como moderador de disputas e provedor de segurança coletiva. No entanto, a Armênia é pouco interessante para a Turquia em termos comerciais; sua economia é muito semelhante à turca, importando matérias-primas e energia e exportando produtos industrializados (EVANS; CAGAPTAY, 2013).

### 3.2 Obstáculos para o Avanço da Estratégia Turca

Por mais que a Turquia busque exercer um papel de liderança nas regiões vizinhas (o papel típico de uma potência média emergente<sup>24</sup>), ainda está sujeita a severas restrições – econômicas e políticas – no exercício de sua política externa de “profundidade estratégica”. Exemplo disso foi a incapacidade turca de pronunciar-se contra a invasão da Ossétia do Sul, na Geórgia, pela Rússia, em 2008 (KLARE, 2008), devido à dependência do gás natural russo. Muitos esforços vêm sendo direcionados para tentar diminuir a influência russa nos territórios da antiga URSS, tanto no Cáucaso como na Ásia Central, mas enquanto Ankara depender dos recursos energéticos russos, não há muito que fazer (OKUMUS, 2013). A seguir, segue duas tabelas elaboradas por Gareth Winrow (2014) para ilustrar a crescente dependência turca de gás natural, especialmente o gás advindo da Rússia.

**Tabela 3** – Consumo energético da Turquia (em termos percentuais)

Fontes	1992	2002	2012
Petróleo	44,80%	41,70%	26,40%
Gás Natural	7,80%	21,30%	35%
Carvão	36,20%	26,40%	26,30%
Nuclear	-	-	-
Hidroelétrica	11%	10,40%	11%
Outros/Renováveis	n/a	0,10%	1,30%

Fonte: WINROW, 2014.

<sup>24</sup> A definição de potência média emergente utilizada por E. Jodaan (2003): “Potências médias emergentes [...] são Estados semi-periféricos, economicamente desiguais e recentemente democratizados que demonstram muita influência regional [...]. Optam por uma posição reformista e não radical no tocante a mudanças globais, exibindo forte orientação regional e favorecendo a integração regional”. (p. 165; tradução nossa)

**Tabela 4** – Importação de Gás Natural por país de origem (em bmc)

<b>País</b>	<b>2005</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Rússia	17.524	23.159	19.473	17.576	25.406	26.491
Irã	4.248	4.113	5.252	7.765	8.190	8.215
Azerbaijão	0	4.580	4.960	4.521	3.806	3.354
Argélia	3.786	4.148	4.487	3.906	4.156	4.076
Nigéria	1.013	1.017	0.903	1.189	1.248	1.322

Fonte: WINROW, 2014.

Como é possível observar nas tabelas, a Rússia é a maior fornecedora de gás natural da Turquia, e esse mesmo recurso energético passou, ao longo dos anos, a ser a principal fonte de energia do país. A decisão de mudar de petróleo para gás natural como principal recurso utilizado na produção de energia elétrica foi tomada pelo governo turco na década de 1980, como uma resposta as crises do petróleo. Vinte anos depois, a dependência em petróleo virou dependência em gás natural, e a administração do AKP teve de formular uma nova estratégia energética, alicerçada em dois pilares: ampliar as fontes de energias renováveis e utilizar energia nuclear. Mesmo com a redução crescente da importância do petróleo na geração de energia na Turquia, ele continuará sendo um elemento chave para a economia turca devido a sua importância para o setor de transporte energético.

Para estimular os investimentos em energias renováveis, principalmente eólica e geotérmica, foi criada uma lei de incentivo a investimentos no setor de renováveis em 2010. Quanto à energia nuclear, estão acordadas duas plantas, através de parceria externa com o Japão e a Rússia. A expectativa é que ambas sejam responsáveis por 5% do total de energia consumida no país em 2023 (OKUMUS, 2013).

A deficiência em auto-suficiência energética turca não afeta sua capacidade de atuar regionalmente apenas frente à Rússia; como já foi mencionado, suas relações com a Armênia são restringidas por influência azerbaijana. Em 2009 o governo do AKP finalmente conseguiu um avanço significativo nas relações turco-armenias, com a elaboração de um protocolo para abertura da fronteira mútua entre os dois países bem como normalização de suas relações diplomáticas. No entanto, por pressão do Azerbaijão, um dos principais parceiros turcos na região e importante fornecedor de petróleo e gás natural, o protocolo ficou “congelado” até que a Armênia se retirasse do território ocupado de Nagorno-Karabakh (KRAUER-PACHECO, 2011).

Mesmo com todas as medidas que vem sendo tomadas para diversificar as fontes de fornecimento energético da Turquia, o país continuará dependente dos países exportadores de gás natural e petróleo, principalmente da Rússia, tanto por causa do setor de transporte energético quanto pela crescente indústria nacional, que necessitam dos recursos e investimentos russos. Embora Ankara mantenha boas relações com Moscou, existem certas contradições e complicação para a estratégia regional turca. Muitos projetos, como o *Nabucco-West* ou o Gasoduto Trans-Cáspio, estimulados pela União Europeia e pela Geórgia, tem como objetivo reduzir o poder russo no setor de energia, ao consolidar rotas alternativas, principalmente através da Turquia ou do Mar Negro. Por esse motivo, a Turquia vem movimentando-se com cautela na questão, procurando consolidar-se como um centro de transporte energético, mas sem desafiar de forma ostensiva o gigante russo ao norte (WINROW, 2014).<sup>25</sup>

Por mais que Ankara mantenha boas relações com Teerã, é inegável que os dois países competem pela liderança da região. Essa rivalidade não é essencialmente cultural (visto que os países compartilham valores semelhantes), mas pragmática. Ambos os países tem o comportamento característico de uma potência média, procurando melhorar sua posição externa, priorizando as relações regionais (JORDAAN, 2003). No entanto, a Turquia conta com maior “simpatia” ocidental (afinal, a comunidade internacional impôs sanções ao Irã), gozando de maior legitimidade internacional para intermediar conflitos de interesse em suas regiões vizinhas, o que a coloca um passo a frente do Irã em termos de influência regional<sup>26</sup> (BARKEY, 2011).

Apesar dos esforços empreendidos por Erdogan para melhorar as relações com o vizinho, atuando, inclusive, em ação coordenada com o Brasil quando da Declaração de Teerã, em 2010 (MRE, 2010), o fortalecimento de laços econômicos é frustrado pelas sanções internacionais e as relações políticas são prejudicadas em virtude do apoio turco aos rebeldes sírios, visto que Bashar al-Assad, presidente da Síria, é um dos poucos aliados do Irã (LEÃES, 2013).

---

<sup>25</sup> Esse comportamento está de acordo com o que Jordaan (2003) descreve como “comportamento típico” de potências médias. Nas palavras do autor: “Apesar de alguns desacordos com o hegemona e outras potências, potências médias não desafiam ou ameaçam o *status quo* global. Potências médias são estabilizadoras e legitimadoras da ordem mundial”. (p. 167; tradução do autor).

<sup>26</sup> Em virtude da denominada “Primavera Árabe”, alguns dos principais governos do Oriente Médio que nutriam sentimentos antiocidentais foram derrubados e substituídos por grupos favoráveis ao Oeste.

#### **4 INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA COMO FERRAMENTA DE PODER**

Neste capítulo será feita a relação entre poder e energia e infraestrutura energética. Na primeira subseção será analisado a até que ponto um Estado de Trânsito Energético, como a Turquia, consegue usufruir deste recurso para fortalecer sua posição regional. Na segunda parte do capítulo será feita uma análise da percepção dos vizinhos da Turquia quanto as pretensões regionais turcas e de sua política energética.

A fim de analisar o papel que a energia e infraestrutura de trânsito energético exercem como ferramentas de poder, é importante, antes de tudo, definir o que se entende por "poder", uma vez que é um conceito complexo e há uma grande variedade de definições. Para efeitos desta pesquisa, o poder vai ser definido como: "a produção, em e através de relações sociais, de efeitos que determinam a capacidade dos agentes para moldar o ambiente que os cerca" (BARNETT; DUVALL, 2005; tradução nossa). Assim, poder não é apenas definido em termos militares, mas pode ser aplicado a uma série de questões nas mais diferentes áreas, uma das quais é a energia (OLIVEIRA, 2012).

Petróleo e gás natural têm sido indispensáveis, desde a sua descoberta como combustíveis para a industrialização, e eles têm sido os principais motores do capitalismo moderno. Hidrocarbonetos têm, historicamente, servido mais objetivos além de puramente econômicos, como os políticos e militares (OLIVEIRA, 2012). Nas palavras de Rodriguez Araque (2001; tradução nossa), antigo Secretário Geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo:

[O]s problemas do mundo da energia estão intimamente ligados com as relações internacionais. Assuntos relacionados à petróleo têm um escopo muito mais amplo do que o de meros assuntos econômicos e de mercado. O fato de que o petróleo é um bem vital para os produtores e consumidores o coloca no topo da agenda política e diplomática de nossos países.

Os recursos energéticos são cruciais não só para os países consumidores, visto seu elevado valor estratégico para o desenvolvimento das economias nacionais dos países fornecedores, bem como de suas indústrias militares – um elemento crucial de defesa da soberania Estatal – e pela possibilidade de dotá-los de poder “duro” vis-à-vis os consumidores.

O emprego dos recursos energéticos e corredores de trânsito por estados como uma ferramenta de poder em política externa é muito comum. Por exemplo, os países da OPEP e a Rússia têm usado repetidamente suas vastas reservas de petróleo e gás, bem como gasodutos de trânsito, como uma "arma" para pressionar outros atores para obterem resultados políticos em seu favor.

Por fim, propomos um exercício prático para melhorar a compreensão de como o controle sobre fontes ou rotas energéticas aumenta o poder de um Estado. Imagine que um Estado com controle sobre o fornecimento de energia de outro decide cortar o fornecimento por razões políticas. Em menos de um dia sem eletricidade e/ou combustíveis, uma cidade moderna fica paralisada, causando grandes prejuízos para o setor de prestação e serviços. Se a falta de energia se estender para alguns dias ao invés de algumas horas, o caos estará instalado nas grandes cidades, com paralisação tanto dos serviços públicos básicos (água, luz, aquecimento, emergências, transporte, etc) como dos serviços privados, e as principais atividades econômicas do país muito provavelmente estarão paralisadas, causando prejuízos econômicos maciços. É difícil imaginar um país capaz de resistir a esse tipo de pressão por muito tempo (OLIVEIRA, 2012).

#### **4.1 Limitações da Estratégia Energética como Ferramenta de Poder em Política Externa**

Nesta seção será feita a análise de até que ponto a Turquia, um Estado com poucos recursos energéticos próprios, poderia utilizar sua infraestrutura de transporte de energia para ampliar suas capacidades de poder e, assim, aumentar sua influência regional. Segundo Lucas K de Oliveira (2012), a capacidade de decidir sobre como a infraestrutura energética local é utilizada é essencial para a soberania de Estados de trânsito energético. Gareth Winrow (2014, p. 10; tradução nossa) consegue resumir muito bem um dos principais problemas da Turquia no que diz respeito a ganhar influência regional e poder por meio de sua estratégia energética:

O trânsito de energia dentro do território de um Estado não garante, automaticamente, que a influência política do mesmo irá aumentar no âmbito da sua vizinhança. Os produtores da energia [sendo transportada] ainda podem ter o controle da situação, especialmente se adquirirem uma participação majoritária das redes de dutos de trânsito energético em outro país.

Apesar de a Turquia estar situada geograficamente em uma posição estratégica no corredor de trânsito de petróleo e gás que parte dos produtores do Oriente Médio e do Mar Cáspio para a Europa, há uma série de desafios internos e externos para a estratégia energética da Turquia. Estes a tornam relativamente vulnerável, frustrando a utilização de infraestrutura energética como ferramenta para atingir seus objetivos de política externa.

No “Plano Estratégico 2010-2014” (2009), o Ministro de Energia e Recursos Naturais da Turquia apresenta uma reflexão quanto as principais ameaças a estratégia energética da Turquia. Primeiramente, como já foi mencionado antes, a alta dependência de importações de petróleo e gás natural para o consumo doméstico constituem uma séria ameaça a soberania (OLIVEIRA, 2012) e a segurança energética turca. A instabilidade política de seus vizinhos também é um problema, visto que pode ameaçar a segurança de vias de transporte energético (TURKEY, 2009).

Dutos de trânsito energético são meios caros de exportação de combustível, e eles só fazem sentido se forem usados para grandes exportações no longo prazo. Portanto, é interessante fazer uma análise da sustentabilidade a curto e longo prazo da estratégia de energia da Turquia, a fim de avaliar se ela contribui para a realização dos objetivos de política regional turca no curto e longo prazos.

No curto prazo, a Turquia pode lucrar com a dependência de outros estados do petróleo e do gás natural, uma vez que há grande interesse por parte dos consumidores de energia em construir gasodutos atravessando território turco. No entanto, é importante ter em mente que as reservas mundiais de petróleo, e em menor grau, de gás natural, diminuem constantemente e, apesar de novos campos estarem sendo descobertos nas últimas décadas, ainda existem dificuldades em relação à sua exploração. Além disso, a UE tem dado sinais de que vai apoiar cada vez mais o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, contribuindo assim para a projeção de que o aumento na demanda de energia no futuro não vai advir da Europa, mas da Ásia. Como essas dinâmicas globais de energia podem ter, no longo prazo, um impacto negativo em projetos de dutos de petróleo e gás natural apoiados pela Turquia, alguns autores argumentam que a visão para o oeste da Turquia em termos de gasodutos não se sustenta no longo prazo (EVANS; CAGAPTAY, 2013; WINROW, 2013).

Além disso, Winrow (2006) argumenta que há ainda alguns desafios ao objetivo da Turquia de se tornar um centro de trânsito energético. Ele afirma que ainda é difícil para o petróleo e o gás natural do Mar Cáspio chegar à UE através da Turquia, devido ao controle histórico da Rússia do transporte destes hidrocarbonetos. No que diz respeito ao petróleo, tudo vai depender do papel desempenhado por Ceyhan<sup>27</sup> como uma porta para o petróleo a ser reexportado para o restante do mundo. Portanto, a conclusão do oleoduto Samsun-Ceyhan é fundamental, bem como a situação de segurança no Iraque (Winrow 2006). Em termos de gás natural, a Turquia ainda carece de uma infraestrutura de gasodutos para levar gás natural para a Europa. Até 2012, apenas o BTE estava em funcionamento, enquanto os planos para expandir o AGP da Síria para a Turquia foram aprovados. Tendo em vista que o Iraque ainda é bastante instável, o projeto para construir um gasoduto de gás natural a partir deste país para a Turquia ainda não foi realizado. Além disso, a disputa em torno do estatuto jurídico do Mar Cáspio apresenta um sério desafio de curto prazo, devido a perspectiva de transporte de gás turcomano através dele pelo gasoduto Trans-Cáspio.

No médio e longo prazo esta situação pode mudar, caso alguns projetos de gasodutos, como o Trans-Cáspio, materializarem-se. Isso deixaria a Turquia mais perto de seu objetivo de se tornar um centro de trânsito de energia. Mesmo com o engavetamento do projeto Nabucco, a Rússia está muito interessada em diversificar suas rotas de gás natural para a Europa (e, portanto, tem apoiado os projetos de gasoduto *South Stream* e *Nord Stream*). A Turquia já usou esta situação em seu favor, oferecendo a Rússia o direito de uso de sua zona econômica exclusiva no Mar Negro para a construção do gasoduto *South Stream*, posicionando-se, assim, como um país de trânsito para o gás russo que flui para Europa. A Turquia está adotando uma abordagem multilateral em suas decisões de energia, apoiando simultaneamente dois projetos rivais que poderiam contribuir para o seu desejo de tornar-se um centro de trânsito energético. Embora ainda existam muitos desafios a serem superados, alguns autores, como Winrow (2006; 2013; 2014), estão otimistas sobre as chances turcas no longo prazo.

---

<sup>27</sup> Importante cidade portuária turca no Mediterrâneo.

#### 4.2 Percepções e Reações da Região às Pretensões Turcas

A principal contradição entre a estratégia energética turca e o seu projeto de liderança regional é a competição entre o projeto energético turco de tornar-se um hub energético e a política energética dos outros países da região (KRAUER-PACHECO, 2011).

Os desafios internos mais significativos para a estratégia energética da Turquia e para seu projeto regional envolvem a capacidade dos países produtores de extrair petróleo e gás natural em quantidades suficientes para atender as necessidades de consumo interno da Turquia e para exportar para a Europa, a competição entre gasodutos que apoia – como é o caso do agora extinto Nabucco e o South Stream russo - e a insegurança dos gasodutos que passam pela porção curda do território turco.

Se olharmos para os aspectos políticos e econômicos das opções de dutos que a Turquia apoia, torna-se óbvio que alguns deles competem uns com os outros. O exemplo mais conhecido de rivalidade gasoduto no sector do gás natural é entre o Nabucco (projeto apoiado pela UE e pela Geórgia) e os projetos de gasodutos South Stream (apoiados pela Rússia). Ao apoiar projetos concorrentes, a Turquia constrói uma estratégia energética com múltiplos parceiros, o que proporciona diferentes opções de dutos e certa segurança quanto ao fornecimento de recursos energéticos, garantindo a sua participação como país de trânsito em cada um deles. No entanto, isso é uma postura que passa uma imagem de incoerência, e revela um olhar de curto prazo por parte dos elaboradores de política energética turca. A preocupação é com objetivos de curto prazo, enquanto os objetivos de médio e longo prazo do projeto regional turco são negligenciados (OKUMUS, 2014).

Quanto ao problema curdo no sudeste turco, desde 1984 o PKK vem conduzindo uma insurreição armada e promovendo atividades terroristas, cujos alvos muitas vezes são os dutos de transporte energético. Por exemplo, em 1996 o líder do PKK, Abdullah Ocalan, afirmou que os curdos "não permitiriam quaisquer dutos advindos do Cáspio a operar em território curdo" e, no ano seguinte, o PKK explodiu um pequeno oleoduto doméstico da Turquia. Os dutos que correm risco potencial de serem atacados pelo PKK são o oleoduto de Kirkuk-Ceyhan, o BTC e o BTE, bem como o Trans-Anatoliano, quando este for concluído<sup>28</sup>. Esta situação acarreta grandes

---

<sup>28</sup> O Nabucco também correria riscos, mas como tudo indica que não sairá do papel, sua segurança futura não é uma preocupação séria na Turquia.

problemas econômicos para a Turquia. Como afirmado por Hill (2004), "[o] mais grave problema de segurança doméstica da Turquia [...] afeta sua segurança energética, seus interesses comerciais, e suas pretensões regionais" (HILL, 2004; tradução nossa).

A Turquia é apenas um dos muitos jogadores da região, os quais têm seus próprios interesses políticos e econômicos na negociação dos projetos de dutos de trânsito energético. As estratégias energéticas e políticas dos Estados, bem como as rotas de transporte, são decididas não apenas com base em uma racionalidade econômica, mas também em motivações políticas. Há, portanto, uma alta politização dos recursos energéticos do Mar Cáspio e da Ásia Central, onde não só os países do litoral, mas também as grandes potências, como a Rússia, os EUA e os países europeus querem projetar sua influência e participar do processo de tomada de decisão da destinação desses recursos. A este respeito, Krauer-Pacheco (2011) afirma que, com todas as opções que enfrenta, Ancara deve levar em conta não apenas os fatores econômicos e geoestratégicos energéticos, mas também globais e regionais. A nível regional os principais atores que podem desafiar as pretensões turcas são a Rússia e o Irã, assim como os vizinhos da Turquia na região do Mar Cáspio.

Não só a Turquia depende de recursos energéticos provenientes da Rússia, do Oriente Médio e da bacia do Mar Cáspio para alimentar a sua economia em crescimento, também conta com a dependência da Europa em relação aos combustíveis fósseis para alcançar o seu objetivo de se tornar um centro de trânsito de energia. Isso faz com que a Turquia fique vulnerável em ambos os lados da equação da energia: a demanda da Europa e a oferta dos produtores do Cáspio e do Oriente Médio. Portanto, uma grave restrição à estratégia energética de Ancara é a impossibilidade de contar com seus próprios recursos e capacidades para alcançar seus objetivos. De acordo com as projeções para as próximas duas décadas, o papel da Turquia como país de trânsito parece assegurada. No entanto, se as políticas da Europa de reduzir o consumo de combustíveis fósseis e aumentar o uso de outras fontes de energia como renovável e nuclear ter sucesso, então a importância da Turquia vis-à-vis a UE vai desaparecer gradualmente.

Em segundo lugar, para além de interesses e estratégias dos outros atores, há problemas estruturais da região, que também representam um desafio para os objetivos da Turquia em termos de energia e as políticas estrangeiras, como a instabilidade no Oriente Médio e no Cáucaso do Sul.

Interesses do Irã estão concentrados em melhorar o seu *status* na Ásia Central e aumentar sua participação no transporte de recursos energéticos da região através do seu próprio território para os mercados internacionais. Nesse contexto, o Irã representa um dos maiores desafios para o papel da Turquia como país de trânsito na região, os seus interesses comerciais e seus objetivos geopolíticos em longo prazo. Isto é devido ao fato de que o Irã oferece a rota de transporte mais competitiva para petróleo do Mar Cáspio para os mercados mundiais (Hill 2004). O Irã também restringe o a margem de manobra de Ancara na região, quando entram em jogo os interesses iranianos em relação ao Mar Cáspio ou propostas de gasodutos, em virtude da dependência energética da Turquia sobre esse ator. As sanções americanas ao Irã têm prejudicado o seu potencial como um exportador e itinerário de transporte; no entanto, esta situação pode mudar no futuro, com a transformação do regime deste país ou uma revisão da política dos Estados Unidos a este respeito (por exemplo, como uma consequência da pressão das companhias petrolíferas norte-americanas que operam na região do Mar Cáspio). Isso certamente representa um desafio para a estratégia e as expectativas de energia da Turquia (EVANS; CAGAPTAY, 2013; LEÃES, 2012).

Por outro lado, o Irã também é considerado por Ancara como um importante parceiro econômico não só pelo seu potencial energético (MFA, 2011), mas também porque se encontra na rota potencial de hidrocarbonetos do mar Cáspio (gás natural, especialmente o originado no Turcomenistão) o que está em conformidade com o objetivo da Turquia de diversificar as suas fontes de gás natural. Tendo a segunda maior reserva de gás natural do mundo, o Irã é muito valioso para o objetivo da Turquia de se tornar um *hub* energético, uma vez que pode ser um potencial fornecedor de gás para o SGC. No entanto, há dois desafios a esta perspectiva. Embora o Irã possua a segunda maior reserva de gás natural do mundo, o seu potencial de exportação é relativamente pequeno, devido à crescente demanda interna por gás subsidiado. Em segundo lugar, devido às sanções econômicas dos Estados Unidos, o Irã tem dificuldade em fechar acordos energéticos com outros países.

## 5 CONCLUSÃO

A Turquia é um país que, cada vez mais, explora sua localização geográfica para negociar com os produtores e os consumidores de hidrocarbonetos e negociar acordos internacionais de petróleo e gás natural. Além disso, no campo da política externa, Ancara está tentando desempenhar um papel mais ativo em suas regiões vizinhas. Tendo estes elementos como base, esta pesquisa reuniu nossos esforços na tentativa de desvendar a medida em que a Turquia usa sua estratégia energética como uma ferramenta de poder para promover os seus objetivos de política regional, bem como a medida em que ambos interagem.

Após uma análise da consistência da estratégia energética e das decisões de gasodutos da Turquia com a sua política externa para os países vizinhos, tendo em conta os obstáculos enfrentados pelo país, uma série de conclusões foram alcançadas. Primeiramente, foi verificado que a Turquia está sim utilizando sua posição geopolítica como um país de trânsito para os recursos energéticos como uma ferramenta de poder para atingir os seus objetivos de política regional. Outro dado interessante da pesquisa é a influência que os cálculos de custo/benefício da estratégia energética têm sobre a política externa da Turquia. Por exemplo, Ancara tem colaborado ativamente com a Grécia sobre as questões energéticas, como a interligação Turquia-Grécia, colocando, assim, seus interesses energéticos acima das divergências históricas entre os dois países. Portanto, como é possível observar ao longo do trabalho, a estratégia energética e a estratégia regional da Turquia estão intimamente conectadas; pode-se afirmar, inclusive, que existe uma relação de interdependência (KEOHANE; NYE JR., 2001) entre elas, onde a estratégia regional é mais dependente da energética.

Quanto ao contexto geopolítico da Turquia, foi salientado que a UE está empenhada em reduzir sua dependência das importações de petróleo e gás natural da Rússia nas próximas décadas. Neste contexto, a infraestrutura de gasodutos que transporta esses recursos para a Europa, enquanto contornando a Rússia, tornou-se um ativo-chave para a Turquia. Neste sentido, a Turquia continuará explorando a sua localização geográfica estratégica entre os consumidores de hidrocarbonetos na UE e os seus produtores do Oriente Médio e da Bacia do Cáspio, para ganhar influência política e econômica vis-à-vis esses atores a fim de ter maior poder de barganha para alcançar seus objetivos de integração regional.

Além disso, as pretensões de liderança regionais da Turquia, em certa medida, influenciam sua estratégia energética. A abordagem multilateralista da política externa da Turquia e sua doutrina de "profundidade estratégica" têm-se refletido na sua estratégia de energia, uma vez que um dos meios mais utilizados por Ancara para conquistar seus objetivos regionais no Cáucaso, no Oriente Médio e na Ásia Central, tem sido a energia. A Turquia manifestou, assim, o seu apoio a inúmeros projetos de óleo- e gasodutos; desde os que se estendem desde o Oriente Médio, Rússia e da bacia do Mar Cáspio, bem como aos gasodutos que ligam a Turquia com a Europa. Vale a pena notar que esta política energética multilateral está fortemente ligada ao seu objetivo de se tornar uma potência regional, uma vez que através da cooperação energética e as negociações de acordos energéticos ajudam a fortalecer as relações políticas de Ancara. Embora a Turquia tenha sido muito ativa política e economicamente no Cáucaso, na Ásia Central e no Oriente Médio, os seus anseios de se tornar uma potência regional são desafiada pelo fato de que os países dessas regiões ainda não a veem como líder regional.

A coerência da conduta externa da Turquia e da estratégia energética com os seus objetivos de política regional foi analisado neste trabalho. O exemplo mais proeminente nesse sentido é o apoio de Ancara de quatro projetos de dutos com o objetivo de transporte de gás natural para o mercado europeu através do território turco: Nabuco, TAP, TANAP e o gasoduto de gás natural persa. Se materializados, esses projetos efetivamente converteriam a Turquia em um corredor de trânsito de energia indispensável para a UE, fornecendo à Ancara mais "peso" nas negociações de adesão com a UE. Outro gasoduto que indiretamente reforçou o potencial da Turquia como país de trânsito de gás para a Europa é o gasoduto Trans-Cáspio, uma vez que alimentaria o BTE, abastecendo tanto o mercado turco quanto os mercados europeus, contribuindo assim para o objetivo de Ancara de se tornar um centro de trânsito energético. Mostrou-se também que a Turquia alcançou a conclusão de dois oleodutos que terminam no porto de Ceyhan, o oleoduto de Kirkuk-Ceyhan e o BTC. Também tem negociado com sucesso com a Rússia a construção do oleoduto Trans-Anatoliano que irá levar o petróleo russo e cazaque de Samsun a Ceyhan. O apoio da Turquia para esses projetos representa um grande passo no objetivo de Ancara de conversão de Ceyhan em um porto central para o transporte de petróleo. No entanto, como foi mencionado anteriormente, o projeto do gasoduto Trans-Cáspio e os projetos de gasodutos persas ainda enfrentam obstáculos consideráveis, que levam à suposição de

que no curto prazo a Turquia ainda está longe de atingir o seu objetivo de se tornar um *hub* de energia.

Além disso, com a sua escolha de rotas de oleodutos e gasodutos, Turquia favorece as relações com alguns países, em detrimento de outros. Por exemplo, a promoção ativa de Ancara da construção dos gasodutos BTC e BTE é um exemplo de como a Turquia reforçou as suas relações com o Azerbaijão e a Geórgia em detrimento da Rússia; novamente reafirmando os princípios de Davutoglu. Além disso, com o percurso concebido desses dutos especificamente através da Geórgia e não através de Armênia (que teria sido economicamente mais eficiente), Ancara mostrou mais uma vez que as suas opções energéticas estão em linha com os seus objetivos e as prioridades de política externa. A este respeito, a Turquia valoriza suas relações externas e energéticas com o Azerbaijão mais do que com a Armênia, e, portanto, favorece os projetos de energia que reforcem as suas relações com o Azerbaijão. Além disso, a Turquia apoia a construção de gasodutos através do seu território para a Europa, como o TAP, Nabucco e TANAP, como uma forma de reafirmar a sua intenção de aderir à UE. A este respeito, o objetivo da Turquia é posicionar-se como um país de trânsito de gás crucial para a Europa, a fim de ganhar vantagem nas negociações de adesão. O caso da Rússia é especial desde que a Turquia tem tido, até certo ponto, uma política de energia incompatível com sua política externa em relação a este parceiro. Por um lado, Ankara busca cooperação com Moscou sobre questões econômicas e de segurança regional. Isso se reflete no setor de energia, com a aprovação da Turquia para do gasoduto *South Stream* para passar através da sua zona econômica exclusiva no Mar Negro. Por outro lado, a Turquia e a Rússia veem uns aos outros como rivais para a liderança regional no Cáucaso e na Ásia Central, e a Turquia também visa diminuir a sua dependência do gás natural russo. Portanto, a Turquia tem procurado apoiar projetos de dutos os produtores de hidrocarbonetos em outras regiões, bem como rotas que contornam território russo como BTC, BTE e Nabucco. Assim fica evidente como a Turquia usa trânsito de energia como uma ferramenta de poder para alcançar seus objetivos de política regional.

A pesquisa apontou, além disso, os desafios que a Turquia enfrenta para atingir o seu objetivo de se tornar uma potência regional e de afirmar a sua influência nas regiões vizinhas, por meio do trânsito energético. É verdade que a Turquia está em processo de construção de uma significativa rede de oleodutos e gasodutos ligando-o aos produtores do Cáspio, Oriente Médio e Rússia, com gasodutos concluídos, como BTC e o BTE, e com projetos pendentes, como o

Nabucco, TAP, TANAP, gasoduto de gás natural persa, gasoduto árabe e o oleoduto Trans-Anatoliano. No entanto, a ligação para a Europa ainda está deficiente. A implementação do Nabucco, TAP ou TANAP poderia, no entanto, mudar essa situação. Mostrou-se também como o sucesso da estratégia de se tornar um corredor de trânsito de energia, bem como o seu objetivo de usar essa estratégia para promover os seus objetivos de política regional, depende, em grande parte, das escolhas e estratégias de outros atores tais como os estados do Cáspio e do Oriente Médio. A este respeito, o caso da Rússia é crucial uma vez que este país está buscando ativamente manter sua posição de influência nos espaços pós-soviéticos, incluindo o setor de energia. Além disso, as atuais instabilidades no Oriente Médio, especialmente no Iraque e Síria, bem como as ambições nucleares do Irã e do conflito de Nagorno-Karabakh, contribuem para a insegurança dos dutos que se originam ou passam por essas regiões.

Em conclusão, pode-se dizer que há uma forte interdependência entre a estratégia energética da Turquia e seus objetivos de política externa para as regiões do Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central. No entanto, por causa dos desafios acima mencionados, no curto prazo, a Turquia não vai atingir todos os seus objetivos energéticos, prejudicando assim a sua ambição de tornar-se uma potência regional. Embora haja também alguns desafios a longo prazo, como a dinâmica de transição energética na Europa, um de seus principais mercados, se o duto de gás natural Árabe concretizar-se, a Turquia se tornará menos dependente do gás russo e reforçará o seu papel como um dos principais países de trânsito energético para a Europa, o que em contrapartida melhoraria a sua posição frente seus vizinhos produtores de energia, visto que proporcionaria maior margem de manobra para a região ao reduzir o poder russo, o que representaria um grande passo adiante na consolidação de seu objetivo de tornar-se uma potência regional.

## REFERÊNCIAS

- AKKOYUNLU, Seyma. **Turkey in the Caspian Sea Region**. 2005. 224 f. Master of Arts Thesis (Department of Political Science) – College of Sciences, University of Central Florida, Florida, 2008. Disponível em: <[http://etd.fcla.edu/CF/CFE0002117/Akkoyunlu\\_Seyma\\_200805\\_MA.pdf](http://etd.fcla.edu/CF/CFE0002117/Akkoyunlu_Seyma_200805_MA.pdf)>.
- BABALI, Tuncay. Turkey at the Energy Crossroads. In: **Middle East Quarterly**, v. 16, n. 2, p.25-33, 2009. Disponível em: <<http://www.meforum.org/2108/turkey-at-the-energy-crossroads>>.
- BAGCI, Hüseyin. Changing Geopolitics and Turkish Foreign Policy. Wien: Internationales Institut für Liberale Politik Wien, 2009.
- BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in international politics. In: **International Organization**, Cambridge: The MIT Press, v. 59, n.1, 39–75, 2005. Disponível em: <<http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/Barnett%20and%20Duvall%202005.pdf>>.
- BILGIN, Pinar; BILGIÇ, Ali. Turkey's "New" Foreign Policy toward Eurasia. In: **Eurasian Geography And Economics**, London, v. 52, n. 2, p.173-195, 15 maio 2013.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Declaração conjunta de Irã, Turquia e Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-de-ira-turquia-e-brasil-17-de-maio-de-2010>>. Último acesso: 10/11/2014
- CAGAPTAY, Soner; EVANS, Tyler. **The Geopolitics of Natural Gas: Turkey's Energy Policy and the Future of Natural Gas**. Washington D.C.: James A. Baker III Institute For Public Policy, Rice University, 16 dez. 2013.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). Turkey. In: **CIA Maps**. 2006. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/cia-maps-publications/Turkey.html>>.
- COHEN, Ariel. Caspian Gas, TANAP and TAP in Europe's Energy Security. **Istituto Affari Internazionali**, Roma, v. 14, n. 6, p.1-17, abr. 2014.

- DAVUTOGLU, Ahmet. Turkey's Foreign Policy Vision: An Assessment of 2007. **Insight Turkey**, v. 10, n. 1, p.77-96, jan. 2008.
- DAVUTOGLU, Ahmet. Turkey's Zero-Problems Foreign Policy. **Foreign Policy**, maio 2010. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/05/20/turkeys\\_zero\\_problems\\_foreign\\_policy](http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/05/20/turkeys_zero_problems_foreign_policy)>
- DINI, Cassiana Borilli. **Uma Análise das Possibilidades de Estabilização do Afeganistão: Os Projetos Regionais de Estados Unidos, China e Rússia**. 2012. 207 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/77670>>.
- FORDHAM, Benjamin. Who wants to be a major power?: Explaining the expansion of foreign policy ambition. **Journal Of Peace Research**. New York, p. 587-603. set. 2011. Disponível em: <<http://jpr.sagepub.com/content/48/5/587.full>>. Acesso em: 22 out. 2012.
- GHIGGI, Luciana. **Estratégia de Integração Regional da Turquia: Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio**. 2010. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28372>>.
- GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 1981.
- HILL, Fiona. Caspian Conundrum: Pipelines and Energy Networks. In: **The Future of Turkish Foreign Policy**, 2004, Cambridge: The MIT Press, p.211–239.
- HIRO, Dilip. **Inside Central Asia: A Political and Cultural History of Uzbekistan, Turkmenistan, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tadjikistan, Turkey and Iran**. London: Gerald Duckworth & Company, 2011. 480 p.
- BARKEY, Henri. Turkish Foreign Policy and the Middle East. **Ceri Strategy Papers**, Paris, n. 10, 06 jun. 2011.

- OKUMUS, Olgu. Energy Hungry Turkey. **TESEV Foreign Policy Programme**, Istanbul, 22 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.tesev.org.tr/energy-hungry-turkey/Content/1606.html>>.
- JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. **Politikon**, London, v. 30, n. 1, p.165-181, 30 jun. 2010.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 3<sup>a</sup> ed. Washington Dc: Longman, 2001. 334 p.
- KLARE, Michael. Russia and Georgia: All About Oil. **Foreign Policy in Focus**, 2008.
- KRAUER-PACHECO, Ksenia. **Turkey as a Transit Country and Energy Hub: The Link to Its Foreign Policy Aims**. Bremen: Universität Bremen, 2011. 66 p.
- LEÃES, Ricardo. **Irã e Turquia: Construção Nacional e Projeto de Poder Regional**. 2012. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71692>>.
- LEÃES, Ricardo. O AKP e as Origens do Projeto Turco de Hegemonia Regional. In: **Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais, 7.**, 2013, Recife. Anais do Grupo de Trabalho Relações Internacionais. Recife: Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, 2013. p. 191 - 208. Disponível em: <<http://seminariocpriufpe.files.wordpress.com/2013/12/anais-gt-ri.pdf>>.
- LOSKOT, Agata. Turkey: An Energy Transit Corridor to the EU. **Centre for Eastern Studies**, Warsaw, 15 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-studies/2005-01-15/turkey-energy-transit-corridor-to-eu>>.
- OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ufrgs, Porto Alegre, 2012.
- RODRIGUEZ ARAQUE, Ali. OPEC and the geopolitics of the international oil and gas industry. In: **OPEC Bulletin**, maio 2001, v. 32, n. 5, p. 5 - 7. Disponível em: <[http://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/OB052001.pdf](http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OB052001.pdf)>

- THE ECONOMIST. **The Davutoglu Effect**. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/17276420>>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- TURKEY, Ministry of Energy and Natural Resources. **Strategic Plan 2010-2014**. Ankara, 2009. Disponível em: <<http://www.enerji.gov.tr>>.
- TURKEY, Ministry of Foreign Affairs (MFA). **Turkey's Energy Strategy**. Ankara, 2009.
- TURKEY, Ministry of Foreign Affairs (MFA). **Turkey's Energy Strategy**. Ankara, 2011.
- TURKISH STATISTICAL INSTITUTE. **Foreign Trade Statistics**. Ankara, 2012. Disponível em: <[http://www.turkstat.gov.tr/PreTablo.do?alt\\_id=1046](http://www.turkstat.gov.tr/PreTablo.do?alt_id=1046)>. Acesso em: 5 out. 2014.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**. NERINT, 2009.
- WINROW, Gareth. Possible consequences of a new geopolitical game in Eurasia on Turkey as an emerging energy transport hub. In: **Turkish Policy Quarterly**, 2006, p. 2–10.
- WINROW, Gareth. The Southern Gas Corridor and Turkey's Role as an Energy Transit State and Energy Hub. **Insight Turkey**, v. 15, n. 1, p. 145-163, 2013.
- WINROW, Gareth. Realization of Turkey's Energy Aspirations: Pipe Dreams or Real Projects? **Turkey Project Policy Paper**, Washington, D.C., n. 4, 2014.
- YESILTAS, Murat; BALCI, Ali. A Dictionary of Turkish Foreign Policy in the AK Party Era: A Conceptual Map. **Sam Papers**, Ankara, n. 7, maio 2013.
- YUVACI, Abdullah; DOGAN, Salih. Geopolitics, Geoculture and Turkish Foreign Policy. **Geopolitics In The 21st Century**, Budapest, v. 2, n. 3, p.9-23, dez. 2012. Disponível em: <[http://geopolitika.zskf.hu/uploaded/geo/Geopolitika\\_3.pdf](http://geopolitika.zskf.hu/uploaded/geo/Geopolitika_3.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2014.

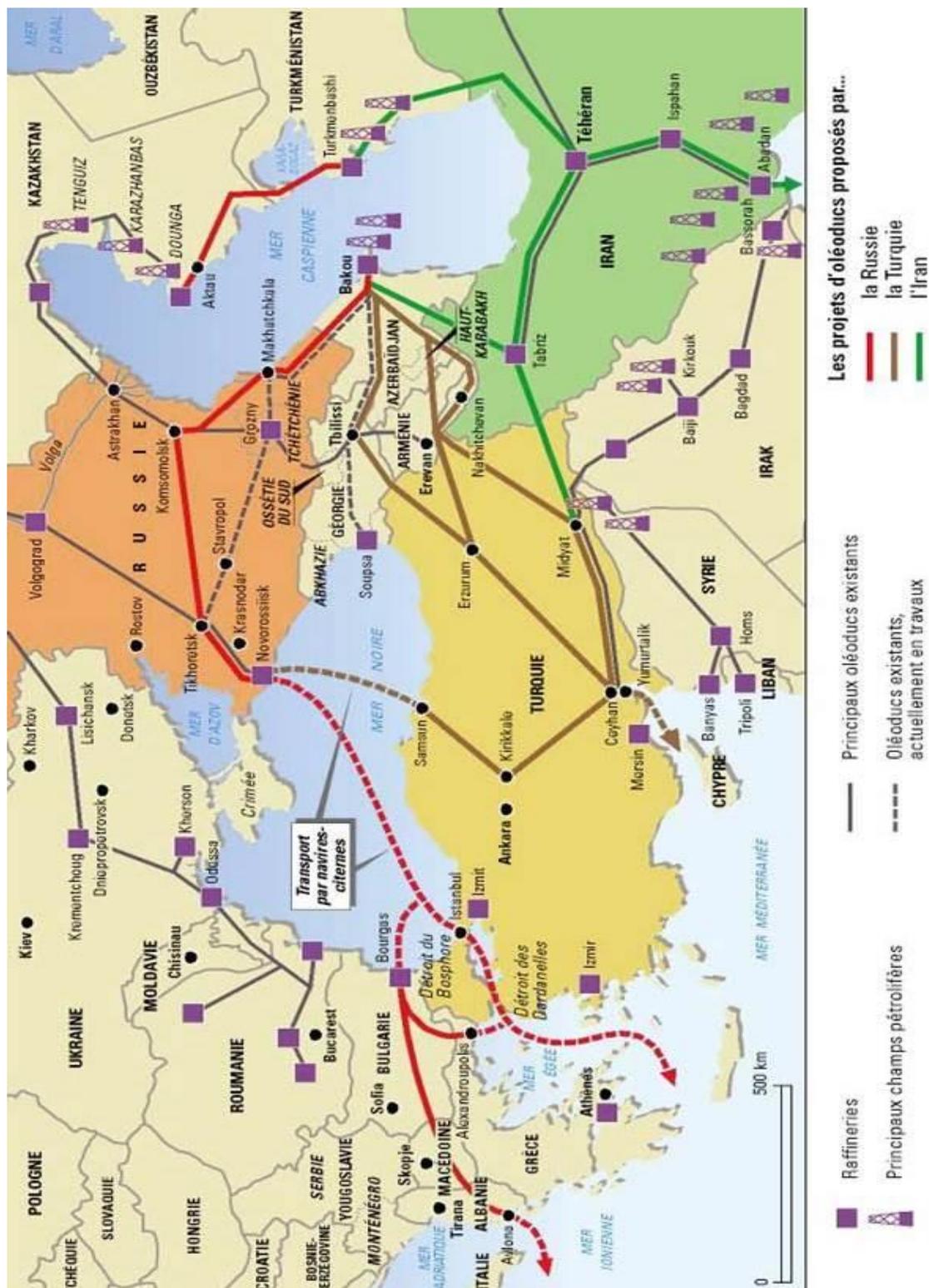
# ANEXOS

## Anexo 1: Divisões Administrativas da Turquia



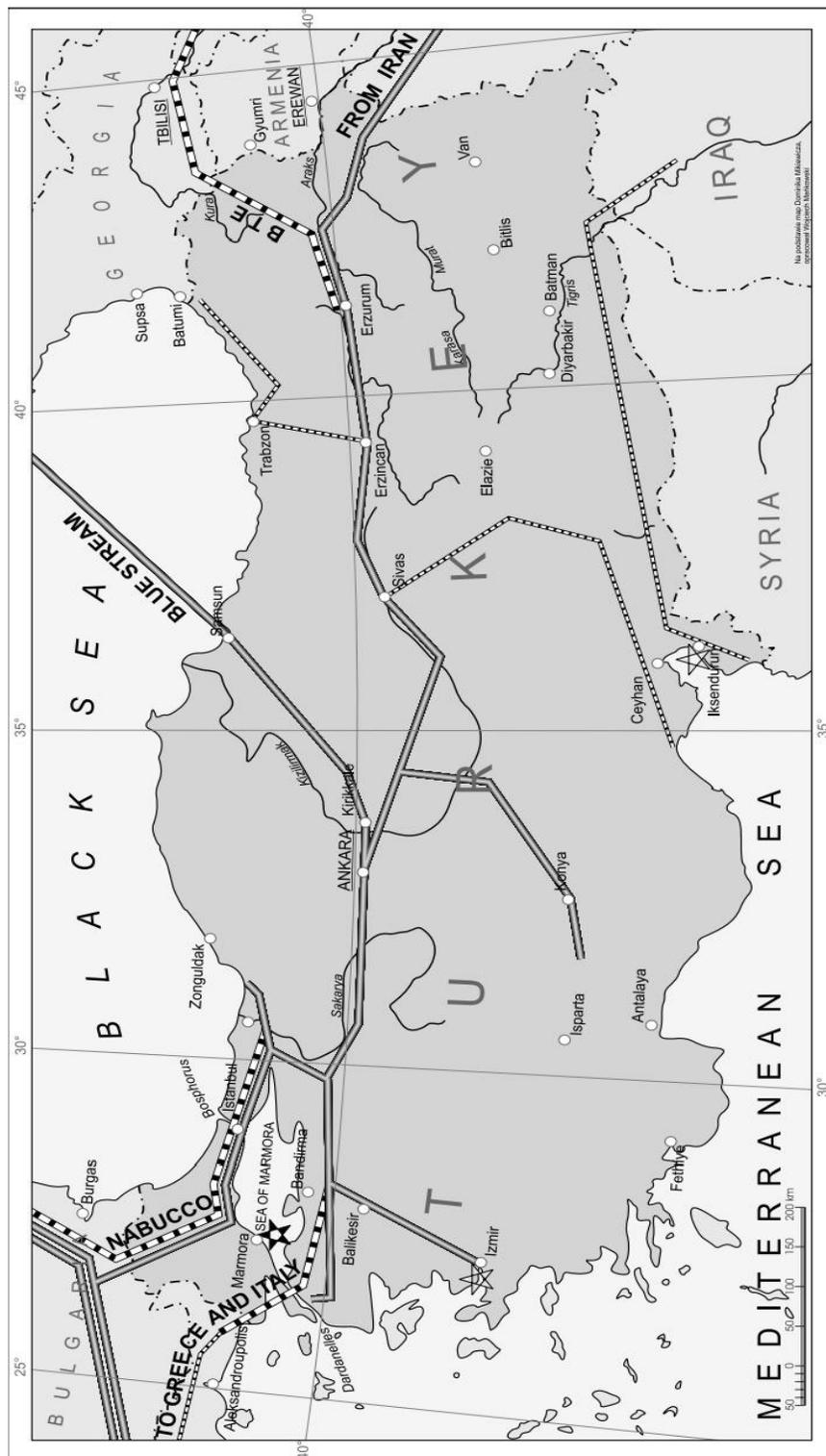
Fonte: CIA, 2006

## Anexo 2: Mapa dos Oleodutos em Território Turco



Fonte: Le Monde Diplomatique, 2008.

### Anexo 3: Mapa dos Gasodutos em Território Turco



Fonte: LOSKOT, 2005.